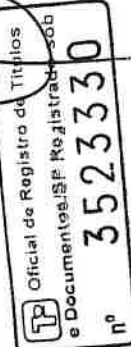


**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA ADICIONAL, A SER CONVOLADA PARA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA REAL E FIDEJUSSÓRIA ADICIONAIS, EM SÉRIE ÚNICA PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO, DA BLUE BIRD PARTICIPAÇÕES S.A.**



**ENTRE**

**BLUE BIRD PARTICIPAÇÕES S.A.**  
*COMO EMISSORA*

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**  
*COMO AGENTE FIDUCIÁRIO*

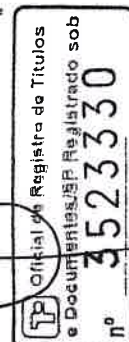
**GEP INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.**  
*COMO INTERVENIENTE ANUENTE E FIADORA*

**DATADO DE 18 DE SETEMBRO DE 2014**

Several handwritten signatures and initials in black ink, located at the bottom right of the page. There are three distinct signatures and some initials.



**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA ADICIONAL, A SER CONVOLADA PARA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA REAL E FIDEJUSSÓRIA ADICIONAIS, EM SÉRIE ÚNICA PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO, DA BLUE BIRD PARTICIPAÇÕES S.A.**



Pelo presente instrumento particular, as partes abaixo qualificadas:

**BLUE BIRD PARTICIPAÇÕES S.A.**, sociedade anônima sem registro de companhia aberta perante a CVM, com sede na Cidade e Estado de São Paulo, na Rua Raul Saddi, nº 88, sala 12, no bairro Butantã, CEP 05.503-010, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.959.458/0001-72, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Emissora" ou "Companhia");

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, instituição financeira, com sede com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, n.º 4200, bloco 08, ala B, salas 303 e 304, Barra da Tijuca, CEP 22640-102, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social, representando a comunhão dos debenturistas da presente emissão, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") ("Agente Fiduciário", e em conjunto com a Emissora, "Partes");

E, como Interveniente Anuente e Fiadora e principal garantidora das obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura:

**GEP INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.**, sociedade limitada, com sede na Cidade de Estado de São Paulo, na Rua Raul Saadi, nº 88, Butantã, CEP 05503-010, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.075.594/0001-94, neste ato representada na forma do seu Contrato Social ("Interveniente Anuente" ou "Fiadora" ou "GEP", conforme o caso);

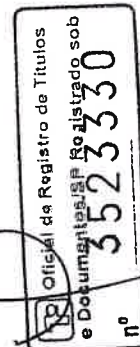
Celebram o presente Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória Adicional, a Ser Convolada Para Espécie Quirografária, Com Garantia Real e Fidejussória Adicionais, Em Série Única para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Blue Bird Participações S.A. ("Escritura"), nos termos e condições abaixo:

## 1. AUTORIZAÇÃO

1.1. A emissão das Debêntures ("Emissão") e a oferta pública de distribuição das Debêntures com esforços restritos de distribuição ("Oferta Restrita"), nos termos da Lei nº 6.404, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476"), e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, foram autorizadas em

Assembleia Geral Extraordinária da Emissora realizada em 18 de setembro de 2014 ("AGE"), nos termos do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações e do artigo 8º e seguintes do Estatuto Social da Emissora.

1.2. A alienação fiduciária de Quotas outorgada pelos sócios do Interveniente Anuente, e a fiança outorgada pela Fiadora, que garantirão a Emissão, foram aprovadas em reunião de sócios da Interveniente Anuente realizada em 18 de setembro de 2014 ("Reunião de Sócios da GEP") e na AGE, sendo que a alienação fiduciária de Quotas propriamente dita está condicionada à obtenção do termo de liberação de alienação fiduciária das quotas alienadas como garantia da 1ª emissão de debêntures da Emissora, pelos respectivos debenturistas.



## 2. DOS REQUISITOS

2.1. A Emissão será realizada com observância dos seguintes requisitos:

### 2.1.1. Arquivamento e Publicação das Deliberações

2.1.1.1. A ata da AGE de que trata a Cláusula 1.1 acima será arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo ("DOESP") e no jornal O Dia, nos termos do artigo 62, inciso I, e artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações, conforme alterada.

2.1.1.2. As aprovações da GEP mencionadas na Cláusula 1.2 acima também serão arquivadas na JUCESP.

### 2.1.2. Arquivamento da Escritura

2.1.2.1. Esta Escritura e seus eventuais aditamentos deverão ser arquivados na JUCESP, de acordo com o disposto no artigo 62, inciso II e seu parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, e registrado no Cartório de Registro de Títulos e Documentos das sedes das Partes desta Escritura, de acordo com o disposto no artigo 129 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, sendo disponibilizada uma via original da Escritura e seus eventuais aditamentos devidamente registrados ao Agente Fiduciário em até 10 (dez) dias úteis após o efetivo registro.

### 2.1.3. Registro na CVM

2.1.3.1. A presente Emissão está automaticamente dispensada de registro de distribuição na CVM, nos termos do artigo 6º da Instrução CVM 476, por se tratar de oferta pública de valores mobiliários com esforços restritos de distribuição.

### 2.1.4. Registro na CETIP S.A. - Mercados Organizados ("CETIP")

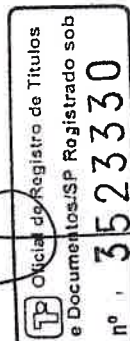
2.1.4.1. As Debêntures serão registradas para: (a) distribuição pública no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos ("MDA"), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo a distribuição liquidada através da CETIP; e (b) negociação, observado o disposto nas Cláusulas 3.7.2 e 3.7.4 abaixo, no mercado secundário por meio do CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários ("CETIP21"), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

Three handwritten signatures in black ink, likely representing the signatories of the document.

A small handwritten mark or signature at the bottom right of the page.

### **2.1.5. Registro na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA")**

**2.1.5.1.** A presente Oferta Restrita está automaticamente dispensada de registro na ANBIMA, nos termos do Parágrafo 1º, inciso I, do artigo 1º do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários ("Código de Regulação ANBIMA"). A presente Oferta deverá ser registrada na ANBIMA apenas para fins do disposto no Capítulo V do Código de Regulação ANBIMA exclusivamente para fins de informar a base de dados, condicionada à expedição de diretrizes específicas para o cumprimento desta obrigação, até o envio do Comunicado de Encerramento da Oferta Restrita para a CVM.



### **2.1.6. Registro do Contrato de Alienação Fiduciária**

**2.1.6.1.** O Contrato de Alienação Fiduciária (conforme definido abaixo) deverá ser registrado no competente Cartório de Registro de Títulos e Documentos das sedes das Partes, sendo uma via original devidamente registrada entregue ao Agente Fiduciário em até 10 (dez) dias úteis após a data de registro. Adicionalmente, o Contrato Social da Fiadora deverá ser alterado e submetido a registro na JUCESP em até 10 (dez) dias úteis após a data de assinatura da alteração do Contrato Social, com a inserção de redação específica contida no Contrato de Alienação Fiduciária, devendo uma cópia autenticada do Contrato Social alterado e registrado ser enviado ao Agente Fiduciário em até 10 (dez) dias úteis após o efetivo registro.

## **3. DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO**

### **3.1. Objeto Social da Emissora**

**3.1.1.** A Emissora tem por objeto social (a) a participação em empreendimentos de qualquer espécie, inclusive imobiliários; (b) a participação no capital de outras sociedades, como acionista ou quotista; (c) a administração de bens próprios; e (d) a prestação de serviços de assessoria, consultoria e em estratégias de formação de negócios e parcerias, tanto nacionais quanto internacionais.

### **3.2. Número da Emissão**

**3.2.1.** Esta é a 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações da Emissora.

### **3.3. Número de Séries**

**3.3.1.** A Emissão será realizada em 1 (uma) única série ("Debêntures").

### **3.4. Montante da Emissão**

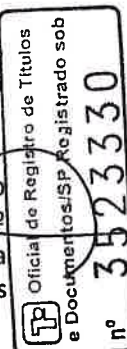
**3.4.1.** O montante total da emissão será de até R\$130.000.000,00 (cento e trinta milhões de reais), na Data de Emissão.

### **3.5. Banco Liquidante e Escriturador Mandatário**

Three handwritten signatures in black ink, likely representing the liquidator and mandatary.

3.5.1. O banco liquidante da presente Emissão será o Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100 Torre Olavo Setubal, CEP 04344-902, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.701.190/0001-04 ("Banco liquidante", cuja definição inclui qualquer outra instituição financeira que venha a suceder o Banco liquidante na prestação dos serviços nesta Escritura de Emissão).

3.5.2. O escriturador mandatário das Debêntures será a Itaú Corretora de Valores S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400, 10º andar, CEP 04538-132, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.194.353/0001-64 ("Escriturador", cuja definição inclui qualquer outra instituição que venha a suceder o Escriturador na prestação dos serviços nesta Escritura de Emissão).



### 3.6. Destinação dos Recursos

3.6.1. Os recursos captados através desta Emissão serão destinados (i) ao resgate antecipado facultativo total das debêntures da 1ª emissão realizada pela Emissora, conforme "Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Real e Fidejussória Adicionais, em Duas Séries, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Blue Bird Participações S.A.", de 06 de novembro de 2012, registrada na JUCESP sob o nº ED001060-1/000 em sessão de 05 de dezembro de 2012; e (ii) ao empréstimo à GEP, para que efetue a reestruturação de seu endividamento.

3.6.2. A reestruturação de seus respectivos endividamentos ocorrerá por meio de pagamentos de determinados empréstimos, descritos no Anexo II.

3.6.3. A Emissora deverá apresentar documento comprobatório ao Agente Fiduciário com a descrição da liquidação e/ou amortização dos empréstimos, no prazo máximo de até 15 dias a contar da data da liquidação financeira das debêntures.

### 3.7. Registro para Distribuição, Negociação e Custódia Eletrônica

3.7.1. As Debêntures serão registradas: (i) para distribuição no mercado primário por meio do MDA; e (ii) para negociação em mercado secundário por meio do CETIP21, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP, sendo a custódia eletrônica das Debêntures e a liquidação financeira realizadas por meio da CETIP.

3.7.2. As Debêntures somente poderão ser negociadas em mercado de balcão organizado e não organizado depois de decorridos 90 (noventa) dias de sua subscrição ou aquisição pelo investidor, nos termos dos artigos 13 e 14 da Instrução CVM 476, e do cumprimento, pela Emissora, do artigo 17 da referida Instrução. Observado o disposto no artigo 4º, incisos I e II, da Instrução CVM 476, somente investidores qualificados ("Investidores Qualificados"), nos termos da definição da Instrução da CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada ("Instrução CVM 409"), poderão subscrever ou adquirir as Debêntures, ressalvado o disposto no parágrafo 1º do artigo 15 da Instrução CVM 476.

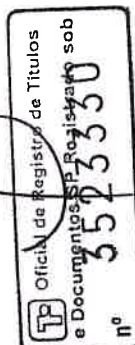
3.7.3. Conforme definido no artigo 109 da Instrução CVM 409, são Investidores Qualificados: (i) instituições financeiras; (ii) companhias seguradoras e sociedades de capitalização; (iii) entidades abertas e fechadas de previdência complementar; (iv) pessoas físicas ou jurídicas que possuam

Handwritten signatures and a small number 5.



investimentos financeiros em valor superior a R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) e que, adicionalmente, atestem por escrito sua condição de investidor qualificado mediante termo próprio; (v) fundos de investimento destinados exclusivamente a investidores qualificados; (vi) administradores de carteira e consultores de valores mobiliários autorizados pela CVM, em relação a seus recursos próprios; e (vii) regimes próprios de previdência social instituídos pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou por Municípios.

**3.7.4.** Nos termos da Instrução CVM 476 e para fins da presente Oferta Restrita: (i) todos os fundos de investimento serão considerados Investidores Qualificados, ainda que se destinem a investidores não qualificados; e (ii) as pessoas naturais e jurídicas descritas no item (iv) da Cláusula 3.7.3 acima que investirem nas Debêntures deverão subscrever ou adquirir, no âmbito da Oferta Restrita, Debêntures no montante mínimo de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).



### **3.8. Distribuição e Procedimento de Colocação**

**3.8.1.** As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, sob o regime de garantia firme de colocação de 12.270 (doze mil duzentos e setenta) Debêntures, equivalentes a 94,38% (noventa e quatro inteiros e trinta e oito por cento) do total de Debêntures emitidas, e de melhores esforços de colocação para o montante de 730 (setecentas e trinta) Debêntures, equivalentes a 5,62% (cinco inteiros e sessenta e dois por cento) do total de Debêntures emitidas, com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários ("Coordenador Líder" e em conjunto "Coordenadores"), por meio do módulo MDA, administrado e operacionalizado pela CETIP. A garantia firme será prestada de forma não solidária pelos Coordenadores.

**3.8.2.** Sem prejuízo do disposto acima, no âmbito da Emissão: (i) somente será permitida a procura de, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados, pelos Coordenadores; e (ii) as Debêntures somente poderão ser subscritas por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados, nos termos do artigo 3º da Instrução CVM 476.

**3.8.3.** No ato de subscrição e integralização das Debêntures, cada Investidor Qualificado assinará declaração atestando estar ciente, dentre outras coisas, que: (i) a Emissão não foi registrada perante a CVM e nem perante a ANBIMA; e (ii) as Debêntures estão sujeitas a restrições de negociação previstas na Instrução CVM 476 e nesta Escritura.

**3.8.4.** Não será concedido qualquer tipo de desconto pelos Coordenadores aos Investidores Qualificados interessados em adquirir Debêntures no âmbito da Emissão, bem como não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes máximos ou mínimos, independentemente de ordem cronológica.

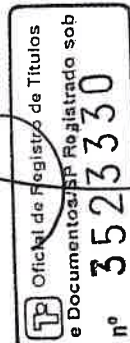
**3.8.5.** Não será constituído fundo de sustentação de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez para as Debêntures. Não será firmado contrato de estabilização de preço das Debêntures no mercado secundário.

Three handwritten signatures in black ink, likely representing the signatories of the document.

A small handwritten signature or mark in the bottom right corner of the page.

3.8.6. A colocação das Debêntures será realizada de acordo com os procedimentos do MDA, administrado e operacionalizado pela CETIP e com o plano de distribuição descrito nesta Escritura.

3.8.7. A Emissora não poderá realizar, nos termos do artigo 9º da Instrução CVM nº 476/09, outra oferta pública da mesma espécie de valores mobiliários objeto da Oferta dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data do encerramento da Oferta, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM.



#### 4. DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

##### 4.1. Características Básicas

###### 4.1.1. Valor Nominal Unitário

4.1.1.1. O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$10.000,00 (dez mil reais) na Data de Emissão (conforme definida abaixo) ("Valor Nominal" ou "Valor Nominal Unitário").

###### 4.1.2. Data de Emissão

4.1.3. Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 22 de setembro de 2014 ("Data de Emissão").

###### 4.1.4. Quantidade de Debêntures e Número de Séries

4.1.4.1. Serão emitidas até 13.000 (treze mil) Debêntures, em série única.

###### 4.1.5. Prazo e Data de Vencimento

4.1.5.1. O vencimento final das Debêntures ocorrerá ao término do prazo de 05 (cinco) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 22 de setembro de 2019 ("Data de Vencimento"), ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado previstas na Cláusula 5.4 abaixo, resgate antecipado facultativo total e de oferta de resgate antecipado da totalidade das Debêntures, em conformidade com as Cláusulas 5.2 a 5.2 abaixo. Na ocasião do vencimento, a Emissora obriga-se a proceder ao pagamento das Debêntures que ainda estejam em circulação pelo saldo de seu Valor Nominal Unitário, acrescido dos Juros Remuneratórios (definido abaixo) devidos, calculados conforme as Cláusulas 4.4 abaixo e 4.5 abaixo.

###### 4.1.6. Forma e Emissão de Certificados

4.1.6.1. As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa e escritural, sem a emissão de certificados.

###### 4.1.7. Comprovação de Titularidade das Debêntures

4.1.7.1. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito das Debêntures emitido pelo Escriturador. Adicionalmente, será reconhecido como

Two handwritten signatures in black ink.

A small handwritten mark or signature at the bottom right corner.

comprovante de titularidade das Debêntures o extrato expedido pela CETIP em nome do Debenturista, quando estes títulos estiverem custodiados eletronicamente na CETIP.

#### **4.1.8. Conversibilidade**

**4.1.8.1.** As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações de emissão da Emissora.

#### **4.1.9. Espécie**

**4.1.9.1.** As Debêntures serão da espécie quirografária, e contarão com garantia fidejussória adicional, a ser convolada para espécie quirografária, com garantia real e fidejussória adicionais, quando da implementação da Condição Suspensiva (conforme abaixo definida), nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações.

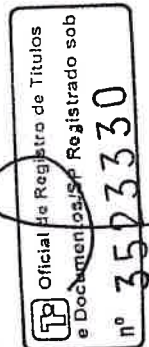
**4.1.9.2.** As Partes deverão celebrar aditamento à presente Escritura de Emissão para formalizar a convalidação da espécie das Debêntures de quirografária, com garantia fidejussória adicional, para com garantia real e fidejussória adicionais ("Aditamento"), nos termos do Anexo III à presente Escritura, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da verificação da ocorrência da Condição Suspensiva, conforme previsto nesta Escritura e no Contrato de Alienação Fiduciária. A CETIP deverá ser informada imediatamente sobre a realização da referida convalidação, com a finalidade de atualizar seu sistema.

**4.1.9.3.** Fica desde já estabelecido que, para fins do Aditamento previsto no item 4.1.9.2. acima, não será necessária qualquer deliberação ou realização de AGE da Emissora ou de Assembleia Geral de Debenturistas.

#### **4.1.10. Garantia Real**

**4.1.10.1.** As Debêntures contarão com a garantia real de alienação fiduciária de 100% (cem por cento) das quotas de emissão da GEP ("Quotas"), de titularidade da Emissora e de Nelson Volpato, nos termos do "Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Quotas de Sociedade Empresária Limitada em Garantia e Outras Avenças" celebrado entre a Emissora, Nelson Volpato, o Agente Fiduciário e o Interviente Anuente, com condição suspensiva da obtenção do termo de liberação de alienação fiduciária das Quotas alienadas como garantia da 1ª emissão de debêntures da Emissora, pelos respectivos debenturistas ("Contrato de Alienação Fiduciária").

**4.1.10.2.** O Contrato de Alienação Fiduciária deverá ser levado a registro, às expensas da Emissora, no competente Cartório de Registro de Títulos e Documentos das Comarcas das sedes das Partes, nos prazos previstos no referido contrato de garantia, bem como deverá ser averbada junto ao Registro Público de Empresas Mercantis, mediante alteração ao seu Contrato Social. Após os referidos registros, a Emissora deverá encaminhar ao Agente Fiduciário uma via original do Contrato de Alienação Fiduciária devidamente registrada e uma cópia autenticada da Alteração do Contrato Social da GEP, conforme o caso.





**4.1.10.3.** A garantia constituída nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária garantirá o pagamento de todas as obrigações pecuniárias, principais e acessórias assumidas pela Emissora relacionadas às Debêntures, incluindo, sem limitação, seu Valor Nominal Unitário, os Juros Remuneratórios, eventuais Encargos Moratórios devidos aos titulares das Debêntures ("Debenturistas"), indenizações, gastos com honorários advocatícios, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações judiciais ou medidas extrajudiciais propostas pelo Agente Fiduciário em benefício dos Debenturistas, nos termos desta Escritura e do Contrato de Alienação Fiduciária. A Garantia Real permanecerá válida e eficaz e será mantida até: (i) a integral quitação de toda e qualquer obrigação decorrente das Debêntures; ou (ii) a sua total excussão, pelo Agente Fiduciário, nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária.

#### **4.1.11. Garantia Fidejussória**

**4.1.11.1.** Para assegurar o cumprimento das obrigações garantidas, a Fiadora presta fiança em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, obrigando-se, em caráter irrevogável e irretratável, como fiadora e principal pagadora, solidariamente responsável com a Emissora, pelos valores devidos nos termos desta Escritura, conforme os termos e condições abaixo ("Fiança").

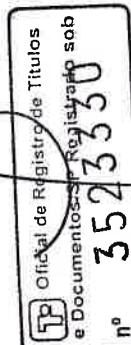
**4.1.11.2.** A Fiadora, nos termos do artigo 828, I e II, da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 ("Código Civil"), renuncia, desde já, aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de desoneração previstos nos artigos 364, 366, 368, 821, 827, 829, 830, 834, 835, 837, 838 e 839 do Código Civil e artigos 77 e 595 da Lei 5.869 de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada ("Código de Processo Civil").

**4.1.11.3.** Todo e qualquer pagamento realizado pela Fiadora em relação à Fiança ora prestada será efetuado livre e líquido, sem a dedução de quaisquer tributos, impostos, taxas, contribuições de qualquer natureza, encargos ou retenções, presentes ou futuros, bem como de quaisquer juros, multas ou demais exigibilidades fiscais, exceto nas hipóteses de retenção direta na fonte.

**4.1.11.4.** As obrigações garantidas serão pagas pela Fiadora, independentemente de qualquer pretensão, ação, disputa ou reclamação que a Emissora venha a ter ou exercer em relação às suas obrigações, em até 02 (dois) dias úteis após recebimento de notificação por escrito do Agente Fiduciário à Fiadora. Tal notificação deverá ser emitida pelo Agente Fiduciário em até 01 (um) dia útil contado da verificação da falta de pagamento pela Emissora de qualquer valor devido em relação às Debêntures na data de pagamento definida na presente Escritura. O pagamento deverá ser realizado fora do âmbito da CETIP e de acordo com instruções razoáveis recebidas do Agente Fiduciário por meio da notificação.

**4.1.11.5.** Fica facultado à Fiadora efetuar pagamento de obrigação inadimplida pela Emissora, independentemente do recebimento de notificação do Agente Fiduciário, inclusive, durante eventual prazo de cura estabelecido nesta Escritura, hipótese em que o inadimplemento da Emissora será sanado pela Fiadora.

**4.1.11.6.** A Fiadora sub-rogar-se-á nos direitos dos Debenturistas caso venha a honrar, total ou parcialmente, a Fiança objeto desta cláusula, até o limite da parcela da dívida efetivamente honrada, sendo certo que a Fiadora obriga-se a somente exigir tais valores da Emissora após os Debenturistas terem recebido integralmente o valor garantido. Ademais, caso a Fiadora receba qualquer valor da Companhia em decorrência de qualquer valor que tiver honrado nos termos das Debêntures, desta Escritura e/ou do Contrato de Alienação Fiduciária antes da integral quitação de todos os valores devidos aos Debenturistas e ao Agente Fiduciário nos termos das Debêntures, desta Escritura de Emissão e/ou do



Contrato de Alienação Fiduciária, a Fiadora deverá repassar, no prazo de 1 (um) dia útil contado da data de seu recebimento, tal valor ao Agente Fiduciário, para pagamento aos Debenturistas.

**4.1.11.7.** A presente Fiança entrará em vigor na Data de Emissão e permanecerá válida em todos os seus termos até a data do integral cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações nos termos da presente Escritura.

**4.1.11.8.** A Fiadora não poderá se escusar do cumprimento de suas obrigações nos termos desta Escritura e do Contrato de Alienação Fiduciária, mesmo em razão de qualquer pretensão, ação, disputa, reclamação, objeção ou oposição pela Companhia.

**4.1.11.9.** A Fiadora declara e garante que: (i) a prestação desta Fiança foi devidamente autorizada por seus respectivos órgãos societários competentes; e (ii) todas as autorizações necessárias para prestação desta Fiança foram obtidas e se encontram em pleno vigor.

**4.1.11.10.** Cabe ao Agente Fiduciário, conforme função que lhe é atribuída por esta Escritura e pela Lei das Sociedades por Ações, requerer a execução judicial ou extrajudicial da Fiança prevista nesta Escritura, uma vez verificada qualquer hipótese de insuficiência de pagamento de quaisquer valores, principais ou acessórios, devidos pela Emissora nos termos desta Escritura.

**4.1.11.11.** Fica desde já certo e ajustado que a inobservância, pelo Agente Fiduciário, dos prazos para execução da Fiança em favor dos Debenturistas não ensejará, sob hipótese nenhuma, perda de qualquer direito ou faculdade aqui previstos. A Fiança poderá ser executada e exigida pelo Agente Fiduciário, judicial ou extrajudicialmente, quantas vezes forem necessárias até a integral liquidação do valor garantido, devendo o Agente Fiduciário, em cada cobrança extrajudicial, notificar imediatamente a Fiadora nesse sentido.

**4.1.11.12.** A Fiança é prestada pela Fiadora, devidamente representada por meio de seus representantes legais, conforme deliberação prévia em Reunião de Sócios da GEP, em conformidade com os artigos 16º e seguintes de seu Contrato Social, conforme atualmente vigente, arquivado na JUCESP sob o nº 259.551/14-4.

## **4.2. Subscrição**

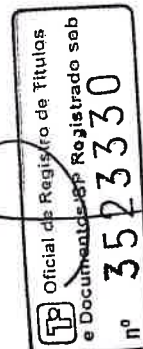
### **4.2.1. Prazo de Subscrição**

**4.2.1.1.** As Debêntures serão subscritas e integralizadas, em até 5 (cinco) dias contados da data de início de distribuição, observada a Instrução CVM 476 e o contrato de distribuição das Debêntures.

### **4.2.2. Preço de Integralização**

**4.2.2.1.** O preço de integralização de cada Debênture será seu Valor Nominal Unitário, acrescido dos Juros Remuneratórios, previstos na Cláusula 4.5 abaixo, calculados *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão até a data da efetiva integralização pelo subscritor.

## **4.3. Integralização e Forma de Pagamento**



Three handwritten signatures in black ink, likely representing the parties involved in the document.

A small handwritten mark or signature at the bottom right corner of the page.

4.3.1. As Debêntures serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato de subscrição, de acordo com os procedimentos adotados pela CETIP.

#### 4.4. Atualização do Valor Nominal

4.4.1. Não haverá atualização monetária do Valor Nominal das Debêntures

#### 4.5. Remuneração

##### 4.5.1. Juros Remuneratórios

4.5.1.1. **Juros Remuneratórios:** As Debêntures farão jus ao pagamento de juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias das Taxas DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, Over Extra-Grupo ("Taxas DI"), expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP no informativo diário, disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>), acrescida de *spread* (sobretaxa) de 2,75% (dois inteiros e setenta e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário, ou saldo do Valor Nominal Unitário, desde a Data de Emissão, ou da última data de pagamento dos Juros Remuneratórios, até a data de pagamento dos Juros Remuneratórios. ("Juros Remuneratórios").

4.5.1.2. Os Juros Remuneratórios serão pagos semestralmente a partir da Data de Emissão, no dia 22 dos meses de março e setembro de cada ano até a Data de Vencimento, sendo o primeiro pagamento realizado em 22/03/2015.

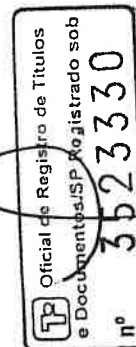
4.5.1.3. Os Juros Remuneratórios deverão ser calculados de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (\text{Fator de Juros} - 1)$$

onde:

J	valor unitário dos Juros Remuneratórios devido no final de cada Período de Capitalização, calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento;
VNe	Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, no início de cada Período de Capitalização, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;
Fator Juros	Fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de spread calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator de Juros} = (\text{FatorDI} \times \text{FatorSpread})$$



**FatorDI** produtório das Taxas DI-Over, desde a data de início do Período de Capitalização, inclusive, até a data de cálculo dos Juros Remuneratórios, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{FatorDI} = \prod_{k=1}^n (1 + \text{TDI}_k)$$

onde:

**k** número de ordem das Taxas DI, variando de 1 até n;

**n** número total de Taxas DI-Over consideradas na apuração do "Fator DI", sendo "n" um número inteiro;

**TDI<sub>k</sub>** Taxa DI-Over, de ordem k, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurado da seguinte forma;

$$\text{TDI}_k = \left( \frac{\text{DI}_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

**DI<sub>k</sub>** Taxa DI, de ordem k, divulgada pela CETIP válida por 1 (um) dia útil (overnight), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

**FatorSpread** Sobretaxa de juros fixos, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma;

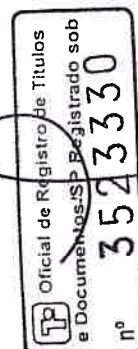
$$\text{FatorSpread} = \left\{ \left[ \left( \frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{\text{DP}}{252}} \right] \right\}$$

onde:

**spread** 2,7500

**DP** É o número de dias úteis entre a Data de Emissão ou Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios, imediatamente anterior e a data de cálculo, sendo "DP" um número inteiro;

**4.5.1.3.1.** O fator resultante da expressão  $(1 + \text{TDI}_k)$  é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.



4.5.1.3.2. Efetua-se o produtório dos fatores diários  $(1 + TDI_k)$ , sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

4.5.1.3.3. Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

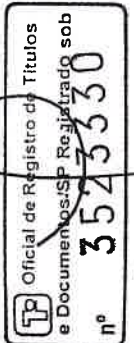
4.5.1.3.4. O fator resultante da expressão  $(\text{FatorDI} \times \text{FatorSpread})$  é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

4.5.1.3.5. A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela entidade responsável pelo seu cálculo, salvo quando expressamente indicado de outra forma.

4.5.1.3.6. O período de capitalização dos Juros Remuneratórios é, para o primeiro Período de Capitalização, o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão e termina na primeira Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios, e, para os demais Períodos de Capitalização, o intervalo de tempo que se inicia em uma Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios e termina na Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios subsequente. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento ("Período de Capitalização").

4.5.1.4. Se na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora não houver divulgação da Taxa DI pela CETIP, será aplicada, em sua substituição, na apuração de TDIk a última Taxa DI divulgada, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os titulares das Debêntures quando da divulgação posterior da Taxa DI que seria aplicável. Se a não divulgação da Taxa DI for superior ao prazo de 10 (dez) dias consecutivos, aplicar-se-á o disposto nos parágrafos abaixo quanto à definição do novo parâmetro dos Juros Remuneratórios das Debêntures.

4.5.1.4.1. Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 10 (dez) dias consecutivos da data esperada para sua divulgação ("Período de Ausência da Taxa DI"), ou, ainda, no caso de sua extinção ou impossibilidade de aplicação por imposição legal ou determinação judicial, será utilizado o novo parâmetro legalmente fixado em substituição. Caso não haja novo parâmetro designado legalmente, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo), na forma do artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações, para a definição, de comum acordo, entre os titulares das Debêntures e a Emissora, do novo parâmetro a ser aplicado, parâmetro este que deverá preservar o valor real e os mesmos níveis dos Juros Remuneratórios, em vigor na Data de Emissão. A Assembleia Geral de Debenturistas deverá ser convocada no prazo máximo de 2 (dois) dias corridos contados do último dia do Período de Ausência da Taxa DI, da data da extinção ou da data de impossibilidade legal de sua aplicação ou da determinação judicial pela não aplicação da Taxa DI, conforme o caso. Até a deliberação do novo parâmetro, será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida até a data da deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas, não sendo devidas, nesse período, quaisquer compensações entre a Emissora e os titulares das Debêntures, em razão da implementação do novo parâmetro. A partir da deliberação acerca do novo parâmetro, este passará a ser utilizado para o cálculo dos Juros Remuneratórios, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os titulares das Debêntures, na hipótese de divulgação posterior da Taxa DI.





**4.5.1.5.** Caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas, referida assembleia não será mais realizada, e a Taxa DI, a partir de sua divulgação, passará a ser utilizada para o cálculo dos Juros Remuneratórios das Debêntures, permanecendo a última Taxa DI conhecida anteriormente a ser utilizada até data da divulgação, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os titulares das Debêntures.

**4.5.1.6.** Caso não haja acordo sobre a taxa substitutiva entre a Emissora e os titulares das Debêntures representando, no mínimo, 80% (oitenta por cento) das Debêntures em circulação, a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures e, conseqüentemente, cancelar antecipadamente a totalidade das Debêntures em circulação, sem multa ou prêmio de qualquer natureza, no prazo de até 30 (trinta) dias a contar da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, pelo saldo do Valor Nominal Unitário nos termos da Escritura, acrescido dos Juros Remuneratórios devidos até a data do efetivo resgate e conseqüente cancelamento, calculado *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou a última data de pagamento de Juros Remuneratórios. Nesta hipótese, para cálculo dos Juros Remuneratórios aplicável às Debêntures a serem resgatadas e, conseqüentemente, canceladas, será utilizada a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI divulgada.

**4.5.1.6.2.** Caso haja acordo entre a Emissora e os titulares das Debêntures sobre a taxa de remuneração substituta, a Escritura deverá ser aditada no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados da data da Assembleia Geral de Debenturistas que aprovar a referida remuneração substituta, e deverá ser registrada na JUCESP e nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos das Cidades das sedes das Partes, sendo enviada ao Agente Fiduciário nos prazos já estipulados na cláusula 2.1.2.1 acima.

#### **4.6. Repactuação**

**4.6.1.** Não haverá repactuação programada das Debêntures.

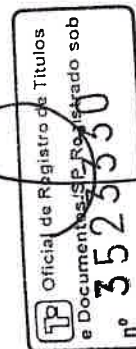
#### **4.7. Amortização do Valor Nominal Unitário**

**4.7.1.** O Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado semestralmente a partir do 24º mês (inclusive) contado da Data de Emissão das Debêntures, sendo o primeiro pagamento realizado em 22/09/2016, conforme a tabela abaixo:

DATA DE AMORTIZAÇÃO	% DO VALOR NOMINAL UNITÁRIO
22 de setembro de 2016	14,3000%
22 de março de 2017	14,3000%
22 de setembro de 2017	14,3000%
22 de março de 2018	14,3000%
22 de setembro de 2018	14,3000%
22 de março de 2019	14,3000%
22 de setembro de 2019	O saldo do Valor Nominal Unitário

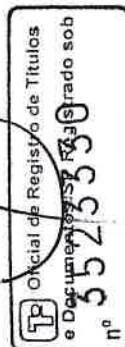
#### **4.8. Condições de Pagamento**

**4.8.1.** Local de Pagamento e Imunidade Tributária



4.8.1.1. Os pagamentos a que fazem jus as Debêntures serão efetuados: (i) utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP; ou (ii) na hipótese de as Debêntures não estarem custodiadas eletronicamente na CETIP: (a) na sede da Emissora ou do Escrirador; ou (b) conforme o caso, pela instituição financeira contratada para este fim.

4.8.1.2. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Escrirador, com cópia para a Emissora, no prazo mínimo de 15 (quinze) dias úteis antes da data prevista para quaisquer dos pagamentos relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado dos seus rendimentos, decorrentes do pagamento das Debêntures de sua titularidade, os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.



#### 4.8.2. *Prorrogação dos Prazos*

4.8.2.1. Considerar-se-ão automaticamente prorrogadas as datas de pagamento de qualquer obrigação por quaisquer das Partes, até o primeiro dia útil subsequente, se na data de vencimento da respectiva obrigação não houver expediente bancário na Cidade de São Paulo no Estado de São Paulo, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados através da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento da respectiva obrigação coincidir com sábado, domingo ou feriado declarado nacional.

#### 4.8.3. *Encargos Moratórios*

4.8.3.1. Sem prejuízo dos Juros Remuneratórios, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, os débitos vencidos e não pagos serão acrescidos de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, bem como de multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (em conjunto, "Encargos Moratórios").

#### 4.8.4. *Decadência dos Direitos aos Acréscimos*

4.8.4.1. Sem prejuízo do disposto na Cláusula 4.8.3.1 acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento dos Juros Remuneratórios e/ou Encargos Moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data da respectiva disponibilização do pagamento pela Emissora em decorrência de amortização do principal e/ou vencimento de Juros Remuneratórios e/ou Aquisição Antecipada Facultativa e/ou Resgate Antecipado Facultativo e/ou Oferta de Resgate Antecipado e/ou de qualquer outra obrigação pecuniária (conforme abaixo definidos).

#### 4.9. **Publicidade**

4.9.1. Todos os anúncios, avisos e demais atos e decisões decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos Debenturistas, serão publicados no DOESP e no jornal O Dia, conforme estabelecido no artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações, observadas as limitações impostas pela Instrução CVM 476 em relação à publicidade da Emissão e os prazos legais, devendo a Emissora

comunicar o Agente Fiduciário a respeito de qualquer publicação na mesma data da sua realização, sendo certo que, caso a Emissora altere seu jornal de publicação após a Data de Emissão, deverá enviar notificação ao Agente Fiduciário informando o novo veículo.

## **5. AQUISIÇÃO ANTECIPADA FACULTATIVA, RESGATE ANTECIPADO FACULTATIVO, OFERTA DE RESGATE ANTECIPADO E VENCIMENTO ANTECIPADO**

### **5.1. Aquisição Antecipada Facultativa**

**5.1.1.** A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em circulação desde que observe o disposto no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações e na regulamentação aplicável da CVM. As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão, a critério da Emissora, ser canceladas, permanecer em tesouraria ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus aos mesmos Juros Remuneratórios aplicáveis às demais Debêntures em circulação.

### **5.2. Resgate Antecipado Facultativo**

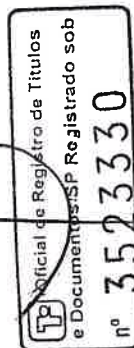
**5.2.1.** A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, realizar o resgate antecipado, total ou parcial, das Debêntures ("Resgate Antecipado"), desde que observados os Valores e Prazos de Vedação ao Resgate conforme abaixo, mediante envio de comunicação neste sentido pela Emissora à totalidade dos Debenturistas, com cópia para o Agente Fiduciário, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis ou mediante publicação de aviso aos Debenturistas nos jornais indicados na cláusula 4.9.1. acima ou outro jornal que a Emissora utilize para tais publicações.

**5.2.2.** A CETIP deverá ser comunicada, por meio de correspondência encaminhada pela Emissora, com cópia para o Agente Fiduciário, da realização do Resgate Antecipado com, no mínimo, 2 (dois) dias úteis de antecedência.

**5.2.3.** Na comunicação de Resgate Antecipado deverá constar: (a) a data do resgate antecipado; (b) se o resgate antecipado será total ou parcial; (c) a quantidade de debêntures que serão objeto de resgate antecipado, no caso de resgate parcial; e (d) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização do resgate antecipado.

**5.2.4.** Na hipótese de Resgate Antecipado parcial das Debêntures, o mesmo será realizado mediante sorteio, a ser coordenado pelo Agente Fiduciário, nos termos do artigo 55, § 2º, da Lei das Sociedades por Ações e demais normas aplicáveis e com divulgação nos termos desta Escritura, inclusive no que concerne às suas regras. Para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, a operacionalização do resgate antecipado parcial seguirá os procedimentos adotados pela CETIP.

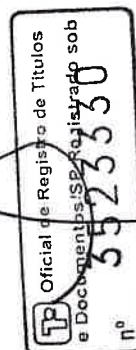
**5.2.4.1.** Não obstante, todas as etapas desse processo de Resgate Antecipado parcial das Debêntures, tais como habilitação dos debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, definição do rateio e de validação das quantidades de Debêntures a serem resgatadas por cada debenturista, serão realizadas fora do âmbito da CETIP, sendo o sorteio coordenado pelo Agente Fiduciário.



A handwritten signature in black ink, consisting of stylized, overlapping loops and strokes.

**5.2.5. Valor do Resgate Antecipado Facultativo:** O valor do Resgate Antecipado devido pela Emissora, será equivalente ao saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido (i) dos Juros Remuneratórios, calculados *pro rata temporis* desde a Data de Emissão, ou da última data de pagamento dos Juros Remuneratórios, até a data do efetivo pagamento; (ii) dos demais encargos eventualmente devidos e não pagos até a data do Resgate Antecipado; e (iii) de prêmio equivalente a 0,9% (nove décimos por cento) sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures objeto do Resgate Antecipado ("Valor de Resgate").

**5.2.6. Prazo de Vedação ao Exercício do Resgate Antecipado Facultativo:** A Emissora somente poderá promover o Resgate Antecipado relativo às Debêntures, após decorrido o prazo de 2 (dois) anos contado da Data de Emissão ("Prazo de Vedação ao Resgate"), podendo a Emissora, posteriormente, exercê-lo a seu exclusivo critério e a qualquer tempo.



### 5.3. Oferta de Resgate Antecipado

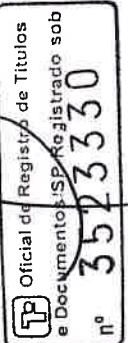
**5.3.1.** A Emissora poderá realizar, a qualquer tempo, oferta de resgate antecipado, total ou parcial, das Debêntures, com o consequente cancelamento de tais Debêntures, que será endereçada a todos os Debenturistas, sem distinção, assegurada a igualdade de condições a todos os Debenturistas para aceitar o resgate antecipado das Debêntures de que forem titulares, de acordo com os termos e condições previstos abaixo ("Oferta de Resgate Antecipado"):

- (i) A Emissora publicará aviso aos Debenturistas ou enviará comunicação à totalidade dos Debenturistas e comunicará o Agente Fiduciário sobre a intenção de realizar a Oferta de Resgate Antecipado, na qual deverá descrever, ao menos, os termos e condições da Oferta de Resgate Antecipado, incluindo: (a) se a oferta será total ou parcial, sendo certo que na hipótese de Oferta de Resgate Parcial, caso o número de Debêntures aderentes a Oferta de Resgate Antecipado seja maior do que de Debêntures ofertadas, deverá ser realizado sorteio, nos termos do artigo 55, parágrafo 2º, da Lei das Sociedades por Ações, a ser coordenado pelo Agente Fiduciário; (b) o valor do eventual prêmio de resgate, que não poderá ser negativo; (c) a data efetiva para o resgate e pagamento das Debêntures a serem resgatadas, que não poderá ser inferior a 10 (dez) dias úteis da data de publicação do anúncio; e (d) as demais informações necessárias para tomada de decisão pelos Debenturistas.
- (ii) A contar da data em que receberem a comunicação ou da publicação do aviso aos Debenturistas, ambos mencionados no item (i) acima, os Debenturistas que optarem pela adesão à Oferta de Resgate Antecipado terão o prazo de 10 (dez) dias úteis para se manifestar formalmente perante a Emissora, de modo que a mesma possa proceder, na data anunciada, à liquidação da Oferta de Resgate Antecipado.
- (iv) O valor a ser pago aos Debenturistas será equivalente ao Valor Nominal Unitário, ou ao saldo do Valor Nominal Unitário, das Debêntures objeto do resgate, acrescido (a) dos respectivos Juros Remuneratórios, calculados *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento de Juros Remuneratórios até a data do seu efetivo pagamento; e (b) de eventual prêmio de resgate a ser oferecido aos Debenturistas, a exclusivo critério da Emissora.
- (v) Para as Debêntures custodiadas na CETIP, a operacionalização do resgate antecipado nos termos deste item, seguirá os procedimentos adotados pela CETIP. No entanto, todas as etapas do Resgate Antecipado, tais como habilitação dos Debenturistas, qualificação, sorteio, apuração,



definição do rateio e de validação da quantidade de Debêntures a serem resgatadas por cada Debenturista, serão realizadas fora do âmbito da CETIP.

- (vi) A CETIP deverá ser comunicada com no mínimo 2 (dois) dias úteis de antecedência da data estipulada para a Oferta de Resgate Antecipado.
- (vii) A Emissora poderá condicionar a Oferta de Resgate Antecipado à aceitação desta por um percentual mínimo de Debenturistas, a ser por ela definido quando da realização da Oferta de Resgate Antecipado.



#### 5.4. Vencimento Antecipado

##### 5.4.1. Hipóteses de vencimento antecipado

5.4.1.1. O Agente Fiduciário deverá, observado o disposto nas Cláusulas 5.4.1.2 e 5.4.1.3 abaixo, declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações objeto da Escritura e exigir o imediato pagamento, pela Emissora do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures acrescido dos Juros Remuneratórios, e dos Encargos Moratórios, se houver, calculados *pro rata temporis* a partir da Data de Emissão, ou da última data de pagamento dos Juros Remuneratórios, até a data do efetivo pagamento, na ocorrência de quaisquer dos seguintes eventos ("Eventos de Inadimplemento"):

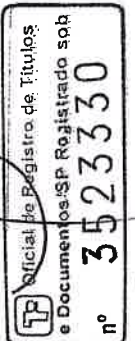
- a) protesto de títulos comerciais, títulos de crédito ou protesto de obrigação de qualquer natureza contra a Emissora e/ou o Interveniente Anuente, com valor unitário ou agregado superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) ou o equivalente em outras moedas, salvo se, no prazo de 10 (dez) dias úteis contados do referido protesto, seja validamente comprovado pela Emissora e/ou o Interveniente Anuente: (a) que o protesto foi efetuado por erro ou má-fé de terceiros e tenha sido tomada a medida judicial adequada para anulação ou sustação dos efeitos do protesto; (b) que o protesto foi cancelado; (c) que foram prestadas garantias em juízo; ou, ainda, (d) que o valor objeto do protesto foi devidamente quitado;
- b) (a) liquidação, dissolução ou extinção da Emissora e/ou do Interveniente Anuente; (b) decretação de falência da Emissora e/ou do Interveniente Anuente; (c) pedido de autofalência formulado pela Emissora e/ou pelo Interveniente Anuente; (d) pedido de falência da Emissora e/ou do Interveniente Anuente, formulado por terceiros, não elidido no prazo legal; (e) pedido de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial da Emissora e/ou do Interveniente Anuente, independentemente do deferimento /aceitação do respectivo pedido; ou (f) qualquer ato similar aos anteriores, nos termos da legislação de qualquer jurisdição aplicável à Emissora e/ou ao Interveniente Anuente;
- c) inadimplemento pela Emissora e/ou pelo Interveniente Anuente das obrigações pecuniárias devidas nos termos desta Escritura e/ou do Contrato de Alienação Fiduciária, ressalvado o prazo de cura de 01 (um) dia útil;
- d) inadimplemento pela Emissora e/ou pelo Interveniente Anuente de quaisquer obrigações pecuniárias contraídas no mercado financeiro local ou internacional, ainda que na condição de garantidora, que não seja sanado dentro do eventual prazo de cura aplicável, cujo valor individual ou agregado seja superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais);

A handwritten signature in black ink, appearing to be a stylized name, located at the bottom right of the page.

A small handwritten mark or signature at the bottom right corner of the page.

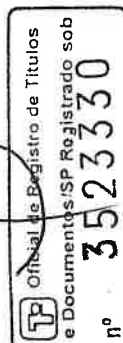


- e) inadimplemento, pela Emissora e/ou pelo Interviente Anuente, de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, não sanada em 10 (dez) dias úteis contados da data do respectivo inadimplemento;
- f) declaração de vencimento antecipado de qualquer obrigação contraída no mercado financeiro local ou internacional pela Emissora e/ou pelo Interviente Anuente;
- g) realização de redução de capital social ou amortização de ações da Emissora, ou, ainda, reembolso de ações de acionistas da Emissora, nos termos do artigo 45 da Lei das Sociedades por Ações, sem que haja anuência prévia dos Debenturistas, manifestada em Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida na cláusula 8.1 abaixo), especialmente convocada para esse fim;
- h) cisão da Emissora, sem que haja anuência prévia dos Debenturistas manifestada em Assembleia Geral de Debenturistas, especialmente convocada para esse fim, exceto se a Emissora assegurar aos debenturistas o direito de resgate das Debêntures de que são titulares durante o prazo de 6 (seis) meses, nos termos do artigo 231, §1º da Lei das Sociedades por Ações;
- i) incorporação, incorporação de ações, fusão ou qualquer outra forma de reorganização societária na qual a Emissora seja extinta, ou na qual Renato Pasmanik deixe de ser acionista controlador, direto ou indireto da Emissora, sem prévia e expressa aprovação dos Debenturistas manifestada em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim, entendendo-se por controle o estabelecido no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações;
- j) transformação do tipo societário da Emissora, nos termos do artigo 220 da Lei das Sociedades por Ações, e observado o artigo 222 da Lei das Sociedades por Ações;
- k) alienação e/ou alteração do atual controle direto ou indireto da Emissora e do Interviente Anuente que resulte em Renato Pasmanik não permanecer como acionista controlador, direto ou indireto, da Emissora e/ou da Interviente Anuente, sem prévia e expressa aprovação dos Debenturistas manifestada em Assembleia Geral de Debenturistas, especialmente convocada para esse fim, entendendo-se por controle o estabelecido no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações;
- l) pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio pela Emissora, exclusivamente se a Emissora e/ou o Interviente Anuente estiver inadimplente com suas obrigações pecuniárias descritas nesta Escritura, sem que haja anuência prévia dos Debenturistas manifestada em Assembleia Geral de Debenturistas, especialmente convocada para esse fim;
- m) não observância dos índices financeiros calculados de acordo com o Anexo I desta Escritura, a serem acompanhados anualmente pelo Agente Fiduciário, com base nas Demonstrações Financeiras Auditadas da Emissora, relativas a 31 de dezembro de cada ano até o vencimento final das Debêntures, iniciando-se com a divulgação das demonstrações financeiras da Emissora referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 ("Índices Financeiros");
- n) existência de qualquer sentença ou decisão judicial ou arbitral transitada em julgado, contra a



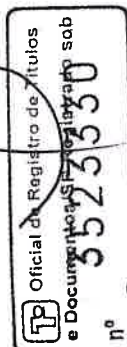
Emissora e/ou o Interviente Anuente, em valor individual ou agregado superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), ou seu valor equivalente em outras moedas convertido com base no câmbio da moeda estrangeira, na data do proferimento da respectiva decisão, desde que tal valor não esteja provisionado pela Emissora e/ou pelo Interviente Anuente em suas respectivas demonstrações financeiras;

- o) transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa a terceiros, pela Emissora e/ou o Interviente Anuente, das obrigações assumidas nesta Escritura, sem prévia expressa anuência dos Debenturistas manifestada em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para este fim;
- p) provarem-se falsas ou revelarem-se incorretas ou enganosas, quaisquer declarações ou garantias relevantes prestadas pela Emissora e/ou pelo Interviente Anuente nesta Escritura e/ou em quaisquer documentos no âmbito da Oferta Restrita;
- q) não utilização, pela Emissora, dos recursos obtidos com a Emissão nos termos da Cláusula 3.6.1 acima;
- r) alienação ou desapropriação, confisco ou outra medida de qualquer autoridade governamental ou judiciária que implique perda dos bens sobre os quais tenham sido constituídas garantias em favor dos Debenturistas, sem que haja substituição da garantia em montante igual ao originalmente estabelecido, no prazo de 20 (vinte) dias contados da medida ou da ciência da Emissora da medida governamental ou judiciária;
- s) a criação, incorrência ou assunção voluntária ou involuntária, pela Emissora e/ou o Interviente Anuente, de qualquer ônus ou gravame sobre os bens dados em garantia em favor dos Debenturistas, sem que seja oferecida aos Debenturistas garantia em montante igual ao originalmente estabelecido, no prazo de 20 (vinte) dias contados da constituição do ônus ou gravame;
- t) declaração de nulidade ou ineficácia da alienação fiduciária de Quotas ou a não celebração do Contrato de Alienação Fiduciária, sem que haja substituição da garantia, em montante igual ao originalmente estabelecido, no prazo de 20 (vinte) dias contados da ciência da Emissora da declaração de nulidade ou ineficácia;
- u) apropriação, confisco, encampação ou estatização da Emissora ou de seus ativos relevantes para a continuidade de seus negócios;
- v) exceto no caso de mútuo que tenha a intenção de garantir o cumprimento do objetivo e da destinação de recursos da Emissão (conforme Cláusula 3.6 acima) e das obrigações oriundas das Debêntures, a celebração, pela Emissora, de contratos de mútuo, na qualidade de mutuante ou mutuária, com pessoas físicas ou jurídicas que sejam, direta ou indiretamente, coligadas, controladas e/ou controladoras da Emissora ("Partes Relacionadas") em valor superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), sem prévia anuência dos Debenturistas reunidos em assembleia geral específica. Todos os contratos de mútuo celebrados com Partes Relacionadas deverão conter indicação expressa de que os créditos relacionados a tais mútuos são subordinados a estas Debêntures, enquadrando-se no disposto no artigo 83, VIII, da Lei



nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, conforme alterada;

- w) inadimplemento pela Emissora e/ou pelo Interviente Anuente de quaisquer obrigações previstas no Contrato de Alienação Fiduciária, observados os eventuais prazos de cura previstos em tal contrato;
- x) alteração ou modificação do objeto social da Emissora, nos termos da Cláusula 3.1 acima, que modifique substancialmente as atividades por ela praticadas atualmente, e que venha comprovadamente afetar a capacidade financeira da Emissora, sem a prévia anuência, por escrito, dos Debenturistas;
- y) se qualquer documento da Emissão ou qualquer uma de suas disposições forem revogadas, anuladas, rescindidas, se tornarem nulas, inválidas, inexecutáveis ou deixarem de estar em pleno efeito e vigor, exceto se tiverem sido substituídas por outro documento ou disposição com anuência prévia dos Debenturistas manifestada em Assembleia Geral de Debenturistas, especialmente convocada para esse fim.



**5.4.1.2.** A ocorrência de quaisquer dos Eventos de Inadimplemento indicados nas alíneas b), c), d), e), f), h), j), k), l), o), p), r) e t) da Cláusula 5.4.1.1 acima, e observados os prazos de cura indicados nos respectivos itens, acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de notificação, aviso ou interpelação de qualquer tipo. Neste caso, o Agente Fiduciário deverá declarar, assim que ciente, vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o pagamento do que for devido, na forma prevista na Cláusula 5.4.3 abaixo, comunicando a Emissora nesse sentido.

**5.4.1.3.** Na ocorrência dos demais Eventos de Inadimplemento (que não sejam aqueles previstos na Cláusula 5.4.1.2 acima), e observados os prazos de cura aplicáveis nos respectivos itens, o Agente Fiduciário deverá convocar uma Assembleia Geral de Debenturistas, dentro de 48 (quarenta e oito) horas da data em que tomar ciência da ocorrência de qualquer dos referidos eventos, para deliberar sobre o eventual não vencimento antecipado das Debêntures, conforme estabelecido na Cláusula 8 abaixo. O vencimento antecipado somente não será declarado caso assim seja deliberado na referida assembleia por Debenturistas representando, pelo menos, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação. Caso contrário, ou em caso de não instalação, em segunda convocação, da referida Assembleia Geral de Debenturistas, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures.

**5.4.2.** Uma vez vencidas antecipadamente as Debêntures, o Agente Fiduciário deverá enviar, em até 01 (um) dia útil, carta protocolada informando tal evento: (a) à Emissora, com cópia à CETIP; e (b) ao Banco Mandatário.

**5.4.3.** Declarado o vencimento antecipado das Debêntures, o resgate das mesmas deverá ser efetuado em até 10 (dez) dias úteis, em uma única data, a contar do protocolo na CETIP da carta mencionada na Cláusula 5.4.2 acima, obrigando-se a Emissora a efetuar o pagamento do saldo do Valor Nominal Unitário acrescido dos Juros Remuneratórios e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura.

**5.4.4.** Caso a Emissora não proceda ao resgate das Debêntures na forma estipulada na Cláusula 5.4.3 acima, serão acrescidos Encargos Moratórios sobre o valor devido e não pago, incidentes desde a data

A large, stylized handwritten signature in black ink.

A small, handwritten mark or signature in the bottom right corner.

de vencimento antecipado das Debêntures até a data de seu efetivo pagamento, conforme previsto na Cláusula 4.8.3 acima.

5.4.5. No caso de decretação de vencimento antecipado, além da comunicação de que trata a Cláusula 5.4.2 acima, o Agente Fiduciário deverá, com no mínimo 02 (dois) dias úteis de antecedência da data prevista para a realização do pagamento de que trata a Cláusula 5.4.43 acima, solicitar à CETIP o pagamento das Debêntures registradas no CETIP21.

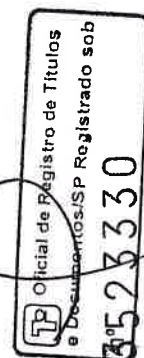
5.4.6. Na hipótese de vencimento final ou vencimento antecipado das Debêntures, nos termos da Cláusula 4.1.5.1 acima e das Cláusulas 5.4.1.2 e 5.4.1.3 acima, respectivamente, caso a Emissora e/ou a Fiadora não efetue(m) os pagamentos previstos na Cláusula 4.1.5.1 acima e na Cláusula 5.4.3 acima, conforme o caso, os titulares das Debêntures estarão automaticamente autorizados a instruir o Agente Fiduciário a promover a excussão das garantias, observados os termos desta Escritura e do Contrato de Alienação Fiduciária, com o fim de cumprir as obrigações pecuniárias da Emissora.

5.4.7. Para fins de verificação das alíneas n) e r) da cláusula 5.4.1.1 acima, a Emissora obriga-se, a encaminhar anualmente ao Agente Fiduciário, relatório confeccionado pelo(s) advogado(s) patrono(s) da(s) respectiva(s) causa(s), de todas as ações judiciais com decisão em primeira instância, com valor da causa acima de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) e/ou que verse sobre quaisquer medidas que implique perda dos bens e/ou direitos objeto das garantias constituídas em favor dos Debenturistas nas quais a Emissora figure como ré, contendo o valor da causa atualizado, a atual fase da demanda, bem como a chance de êxito da mesma (a ser classificada como Provável, Possível e Remota).

## 6. DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA E DO INTERVENIENTE ANUENTE

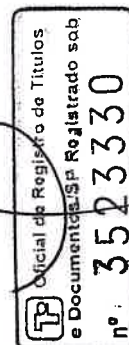
6.1. A Emissora, até a liquidação de todas as obrigações previstas nesta Escritura, adicionalmente obriga-se a:

- (i) arcar com todos os custos decorrentes da distribuição e manutenção das Debêntures, incluindo, mas não se limitando a: (a) todos os custos relativos ao seu registro na CETIP; (b) com o registro e a publicação dos atos necessários à Emissão, tais como esta Escritura, o Contrato de Alienação Fiduciária, seus eventuais aditamentos e os atos societários da Emissora e do Interviente Anuente; e (c) despesas com a contratação de Agente Fiduciário, Banco Mandatário e assessores legais;
- (ii) fornecer ao Agente Fiduciário os seguintes documentos e informações:
  - (a) dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, ou em 5 (cinco) dias após sua divulgação, cópia das demonstrações financeiras completas e auditadas da Emissora e do Interviente Anuente relativas ao respectivo exercício social encerrado, acompanhadas de parecer dos auditores independentes registrados na CVM, bem como o relatório específico elaborado pelos auditores independentes contratados pela Companhia contendo a memória de cálculo com todas as rubricas necessárias que demonstre o cumprimento do Índice Financeiro; (ii) declaração assinada pelo(s) diretor(es) da Emissora atestando: (a) que permanecem válidas as disposições





contidas na Escritura, (b) acerca da não ocorrência de qualquer das hipóteses de vencimento antecipado e inexistência de descumprimento de obrigações da Emissora perante os Debenturistas e (c) que não foram praticados atos em desacordo com o estatuto social;



- (b) no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contados da data de recebimento da respectiva solicitação, documentos e/ou informações que lhe venham a ser razoavelmente solicitadas pelo Agente Fiduciário, por escrito, inclusive organograma societário da Emissora (o referido organograma do grupo societário da Emissora deverá conter, inclusive, os controladores, as controladas, o controle comum, as coligadas, e integrante de bloco de controle, no encerramento de cada exercício social) a fim de que este possa cumprir com suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e da Instrução CVM n.º 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM 28"); e
  - (c) informações a respeito de qualquer dos Eventos de Inadimplemento previstos nesta Escritura em até 1 (um) dia útil após a apuração de sua ocorrência;
- (iii) atender integralmente as obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476, abaixo transcritas:
- (a) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com a regulamentação da CVM;
  - (b) submeter suas demonstrações financeiras à auditoria, por auditor registrado na CVM;
  - (c) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 03 (três) meses contados do encerramento do exercício social;
  - (d) manter os documentos mencionados no item (c) acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 03 (três) anos;
  - (e) observar as disposições da Instrução da CVM nº 358, de 03 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358"), no tocante ao dever de sigilo e vedações à negociação;
  - (f) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo artigo 2º da Instrução CVM 358, comunicando imediatamente ao Coordenador Líder e ao Agente Fiduciário; e
  - (g) fornecer as informações solicitadas pela CVM e/ou pela CETIP;
- (iv) enviar à CETIP: (a) as informações divulgadas na rede mundial de computadores previstas na alínea (c) do subitem (iii); (b) documentos e informações exigidas por esta entidade no prazo solicitado; assim como (c) atender integralmente as demais obrigações previstas no Comunicado CETIP nº 028/09, de 02 de abril de 2009, o qual a Emissora declara conhecer e que passa a fazer parte integrante da presente Escritura para todos os fins de direito;

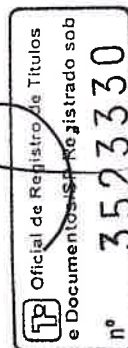
Several handwritten signatures in black ink, appearing to be of various individuals, located at the bottom right of the page.

A small handwritten mark or signature at the bottom right corner of the page.



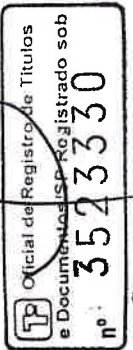
- (v) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, bem como não alterar a forma de contabilização atual, exceto por determinação legal ou normas da CVM;
- (vi) convocar Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão, nos termos da Cláusula 8 abaixo, caso o Agente Fiduciário deva fazer, nos termos da presente Escritura, mas não o faça;
- (vii) cumprir tempestivamente todas as determinações da CVM, com o envio de documentos e, ainda, prestando as informações que lhe forem solicitadas;
- (viii) manter em adequado funcionamento órgão para atender, de forma eficiente, aos Debenturistas, ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;
- (ix) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- (x) notificar em até 02 (dois) dias úteis o Agente Fiduciário sobre qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão de suas atividades, ou que possam afetar negativamente sua habilidade de efetuar o pontual cumprimento de todas as obrigações previstas nesta Escritura, bem como sobre a ocorrência de qualquer um dos Eventos de Inadimplemento previstos nesta Escritura;
- (xi) efetuar pontualmente o pagamento dos serviços relacionados ao registro das Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP;
- (xii) efetuar recolhimento de quaisquer tributos ou contribuições que incidam ou venham a incidir sobre a Emissão e que sejam de responsabilidade da Emissora;
- (xiii) manter-se devidamente organizada e constituída como uma sociedade por ações sob as leis brasileiras;
- (xiv) cumprir com todas as obrigações decorrentes da legislação e da regulamentação brasileira aplicável, incluindo manutenção de licenças relevantes, aprovações e requerimentos societários, governamentais, legais ou regulamentares aplicáveis, necessárias para o exercício de suas atividades principais; e
- (xv) observar estritamente a legislação e regulamentação tributária aplicável, mantendo-se em situação de regularidade perante autoridades governamentais ou fiscais, bem como efetuar o pontual pagamento de tributos que sejam devidos ou que devam ser recolhidos, exceto se a exigibilidade do tributo ou de seu pagamento esteja suspensa por decisão judicial ou administrativa ou nos termos da legislação ou regulamentação aplicável.

**6.2.** O Interveniente Anuente, até a liquidação de todas as obrigações previstas nesta Escritura, adicionalmente obriga-se a:



JUCESP  
07.10.11

- (i) fornecer ao Agente Fiduciário informações a respeito de qualquer dos Eventos de Inadimplemento que lhe seja aplicável previstos nesta Escritura, em até 1 (um) dia útil após a sua ocorrência, e, caso venha a ter conhecimento, aqueles aplicáveis à Emissora;
- (ii) manter sua contabilidade atualizada e efetuar os registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- (iii) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- (iv) notificar em até 5 (cinco) dias úteis o Agente Fiduciário sobre qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão de suas atividades e/ou da Emissora, caso tenha conhecimento;
- (v) abster-se de se manifestar na mídia sobre a Oferta Restrita até a comunicação de encerramento da Oferta Restrita à CVM, exceto para publicação de atos societários, de fatos ou atos relevantes relacionados, nos termos da legislação aplicável;
- (vi) no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da data de recebimento da respectiva solicitação, encaminhar documentos e/ou informações que lhe venham a ser razoavelmente solicitadas pelo Agente Fiduciário, por escrito, a fim de que este possa cumprir com suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e da Instrução CVM 28, caso a Emissora não o faça; e
- (vii) atuar como fiador nos termos da cláusula 4.1.11 acima.



## 7. DO AGENTE FIDUCIÁRIO

7.1. A Emissora constitui e nomeia a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários como Agente Fiduciário desta Emissão, a qual expressamente aceita a nomeação para, nos termos da legislação atualmente em vigor e da presente Escritura, representar a comunhão de Debenturistas perante a Emissora.

### 7.1.1. O Agente Fiduciário declara:

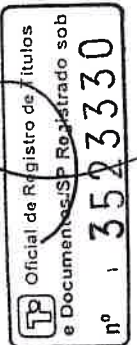
- (i) não ter qualquer impedimento legal, sob as penas da lei, para exercer a função que lhe é conferida, conforme artigo 66, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações e artigo 10 da Instrução CVM 28;
- (ii) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- (iii) aceitar integralmente a presente Escritura e todas as suas Cláusulas e condições;
- (iv) não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (v) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações previstas neste instrumento, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários

Two handwritten signatures in black ink, one above the other, located at the bottom right of the page.

A small handwritten mark or signature at the bottom right corner of the page.

necessários para tanto;

- (vi) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de Agente Fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- (vii) que esta Escritura constitui obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (viii) que a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações nela previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (ix) que verificou, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que fossem sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tivesse conhecimento;
- (x) que, conforme descrito no item 4.1.10, na Data de Emissão, o Contrato de Alienação Fiduciária já se encontra assinado, com condição suspensiva, estando sua eficácia suspensa, e que verificou, nos termos do inciso IX do artigo 12 da Instrução CVM 28, o valor da Garantia Fidejussória, com base nos balanços patrimoniais da Fiadora relativas ao exercício de 2013, findo em 31 de dezembro de 2013, e ao primeiro trimestre de 2014, findo em 31 de março de 2014; e
- (xi) a pessoa que o representa na assinatura desta Escritura tem poderes bastantes para tanto.



**7.2.** A Emissora, por sua vez, declara não ter qualquer ligação com o Agente Fiduciário que o impeça de exercer, plenamente, suas funções.

**7.3.** Nas hipóteses de ausência e impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação, falência ou qualquer outro motivo de vacância do Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha de novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em circulação, ou pela CVM.

**7.3.1.** Na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo referido na Cláusula 7.3 acima, caberá à Emissora efetuar-la.

**7.3.2.** A CVM poderá nomear substituto provisório para o Agente Fiduciário enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário.

**7.3.3.** Na hipótese de o Agente Fiduciário não poder continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, solicitando sua substituição.

**7.3.4.** É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo de distribuição das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu eventual substituto, em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

7.3.5. A substituição do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM 28 e eventuais normas posteriores.

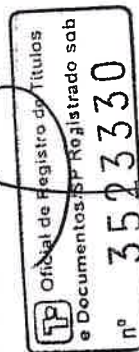
7.3.6. A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento à presente Escritura, que deverá ser averbado na JUCESP, onde será inscrita a presente Escritura.

7.3.7. O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data de celebração da presente Escritura ou de eventual aditamento relativo à sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a sua efetiva substituição ou cumprimento de todas suas obrigações sob esta Escritura e a legislação em vigor.

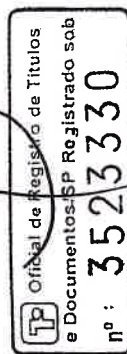
7.3.8. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos da CVM.

7.4. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM, nesta Escritura e no Contrato de Alienação Fiduciária, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (i) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- (ii) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (iii) responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
- (iv) observado o disposto abaixo, **Erro! Fonte de referência não encontrada.** arcar com os tributos, municipais, estaduais e federais, assim como com os encargos cíveis, trabalhistas e previdenciários, presentes ou futuros, atribuídos ao Agente Fiduciário nos termos da legislação aplicável;
- (v) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (vi) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (vii) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, a inscrição desta Escritura e eventuais aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários, sem prejuízo da ocorrência do descumprimento de obrigação não pecuniária pela Emissora;
- (viii) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações de que tenha conhecimento;



RECEBUE  
03 10 14



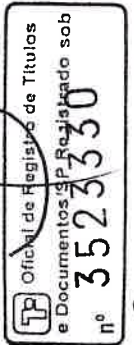
- (ix) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures, se for o caso;
- (x) solicitar, quando julgar necessário para o fiel cumprimento de suas funções ou se assim solicitado pela Assembleia Geral de Debenturistas, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das varas da Fazenda Pública, cartórios de protesto, varas trabalhistas e procuradoria da Fazenda Pública da localidade da sede da Emissora, às expensas da Emissora;
- (xi) convocar, quando necessário, Assembleia Geral de Debenturistas, mediante anúncio publicado pelo menos 03 (três) vezes na forma da Cláusula 4.9.1 acima;
- (xii) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (xiii) elaborar relatório destinado aos Debenturistas, nos termos do 68, parágrafo 1º, alínea b, da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:
  - (a) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigação prestação de informações pela Emissora;
  - (b) alterações estatutárias ocorridas no período;
  - (c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;
  - (d) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
  - (e) resgate e amortização do Valor Nominal, pagamento e repactuação, se for o caso, dos Juros Remuneratórios das Debêntures realizada no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
  - (f) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
  - (g) relação dos bens e valores entregues à sua administração;
  - (h) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura;
  - (i) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário; e
  - (j) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, realizadas pela Emissora, por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os dados sobre tais emissões previstos no artigo 12, inciso XVII, alínea (k), itens 1 a 7, da Instrução CVM nº 28/93.

Three handwritten signatures in black ink are visible at the bottom of the page.

A small handwritten mark or signature at the bottom right corner of the page.



003014



- (xiv) colocar o relatório de que trata o item (xiii) acima à disposição dos Debenturistas no prazo máximo de 04 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, pelo menos nos seguintes locais:
- (a) na sede da Emissora;
  - (b) no seu escritório;
  - (c) na CVM; e
  - (d) na sede do Coordenador Líder.
- (xv) publicar nos órgãos da imprensa onde a Emissora efetue suas publicações comunicado aos Debenturistas de que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados no item (xiv) acima;
- (xvi) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, ao Banco Mandatário, ao Escriturador e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto nesta alínea, a Emissora e os Debenturistas mediante subscrição e integralização das Debêntures expressamente autorizam, desde já, o Banco Mandatário, o Escriturador de Emissão e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures e dos Debenturistas;
- (xvii) fiscalizar o cumprimento das Cláusulas constantes desta Escritura e do Contrato de Alienação Fiduciária, especialmente daquelas que impõem obrigações de fazer e de não fazer;
- (xviii) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 10 (dez) dias contados da ciência sobre qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura e/ou no Contrato de Alienação Fiduciária, indicando o local em que fornecerá aos interessados esclarecimentos adicionais; e
- (xix) disponibilizar o preço unitário, calculado pela Emissora, aos Debenturistas e aos demais participantes do mercado, através de sua central de atendimento ou de sua página na rede mundial de computadores.

**7.5.** O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora, observados os termos desta Escritura e do Contrato de Alienação Fiduciária:

- (i) declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar o saldo do Valor Nominal, acrescido de Juros Remuneratórios correspondentes e demais encargos eventualmente devidos nas condições especificadas;
- (ii) requerer, se for o caso, a falência ou propor recuperação judicial ou extrajudicial da Emissora;

- (iii) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas, inclusive a excussão das garantias; e
- (iv) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial e extrajudicial e/ou liquidação extrajudicial da Emissora, se for o caso.

7.6. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas na Cláusula 7.5 (i) a (iii) acima se, convocada a Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar mediante a aprovação unânime dos Debenturistas, bastando, porém, a deliberação da maioria dos titulares das Debêntures em circulação quando tal hipótese se referir ao disposto na Cláusula 7.5 (iv).

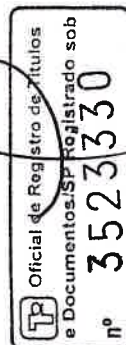
7.7. Será devido ao Agente Fiduciário honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação em vigor e desta Escritura, correspondentes à remuneração anual de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), devida pela Emissora, sendo a primeira parcela devida até o 5º (quinto) dia útil contado da data de celebração desta Escritura, e as demais, no mesmo dia dos anos subsequentes, até o resgate total das Debêntures, caso estas não sejam quitadas na data de seu vencimento.

7.7.1. O pagamento da remuneração do Agente Fiduciário será feito mediante crédito na conta corrente a ser indicada pelo Agente Fiduciário, mediante a apresentação da respectiva fatura com, pelo menos, 5 (cinco) dias úteis de antecedência.

7.7.2. A remuneração devida ao Agente Fiduciário nos termos da Cláusula 7.7 acima será atualizada anualmente pela variação percentual acumulada do Índice Geral de Preços do Mercado ("IGP-M"), ou na sua falta ou impossibilidade de aplicação, pelo mesmo índice que vier a substituí-lo, a partir da data de pagamento da 1ª (primeira) parcela de que trata a Cláusula 7.7 acima, até as datas de pagamento de cada parcela subsequente calculada *pro rata temporis*.

7.7.3. No caso de atraso no pagamento de quaisquer das remunerações previstas na Cláusula 7.7, acima, o valor em atraso estará sujeito a multa moratória de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito, bem como a juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ficando o valor do débito em atraso sujeito ao reajuste pelo IGP-M, o qual incidirá desde a data de mora até a data de efetivo pagamento, calculado *pro rata temporis*, se necessário.

7.7.4. As remunerações não incluem as despesas com viagens, alimentação, estadias, transporte, custos incorridos em contatos telefônicos relacionados à Emissão, fotocópias, digitalizações, envio de documentos e publicação necessárias ao exercício da função do Agente Fiduciário, durante ou após a implantação do serviço, a serem cobertas pela Emissora, após, sempre que possível, prévia aprovação. Não estão incluídas igualmente, e serão arcadas pela Emissora, despesas com especialistas, tais como auditoria nas garantias concedidas ao empréstimo e assessoria legal ao Agente Fiduciário em caso de inadimplemento do empréstimo. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais, bem como indenizações, decorrentes de ações intentadas contra o Agente Fiduciário decorrente do exercício de sua função ou da sua atuação em defesa da estrutura da operação, serão igualmente suportadas pelos Debenturistas. Tais despesas incluem honorários advocatícios para defesa do Agente Fiduciário e deverão ser igualmente adiantadas pelos Debenturistas e ressarcidas pela Emissora.



**7.7.4.1.** A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas em que tenha comprovadamente incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos. O Agente Fiduciário fica desde já ciente e concorda com o risco de não ter tais despesas reembolsadas caso tenham sido realizadas em discordância com (i) critérios de bom senso e razoabilidade geralmente aceitos em relações comerciais do gênero; (ii) a função fiduciária que lhe é inerente ou (iii) caso não tenham sido previamente informadas à Emissora. O Agente Fiduciário tem a obrigação de enviar todos os comprovantes de despesas para que a Emissora possa acompanhar tais gastos.

**7.7.4.2.** O ressarcimento a que se refere a Cláusula 7.7.4 será efetuado em até 5 (cinco) dias úteis após a realização da respectiva prestação de contas à Emissora, observado o disposto na Cláusula 7.7.4.1.

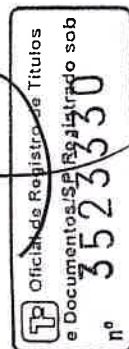
**7.7.5.** A remuneração do Agente Fiduciário será acrescida dos seguintes tributos: (i) ISS (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza); (ii) PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social); e (iii) COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social), excetuando-se o IR (Imposto de Renda), nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

**7.7.6.** A remuneração prevista será devida mesmo após o vencimento das Debêntures quando tratar-se de adoção, pelo Agente Fiduciário, dos procedimentos elencados em lei ou na Escritura, como configuradores de vencimento antecipado.

**7.7.7.** A remuneração descrita nesta Cláusula será devida mesmo após a Data de Vencimento das Debêntures caso o Agente Fiduciário permaneça atuando na cobrança de cumprimento de obrigações da Emissora.

**7.8.** No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas, se assim possível, e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora, desde que devidamente comprovadas. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios, depósitos, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento dessa remuneração e despesas por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.

**7.9.** O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da Emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo



da Instrução CVM 28 e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.

**7.10.** Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas nesta Escritura, somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral.

**7.11.** Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, o mesmo assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

**7.12.** O Agente Fiduciário pode se balizar nas informações que lhe forem disponibilizadas pela Emissora para acompanhar o atendimento dos Índices Financeiros.

## **8. DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS**

**8.1.** Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral a fim de deliberar sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas ("Assembleia Geral de Debenturistas").

**8.2.** Aplica-se à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, além do disposto na presente Escritura, o disposto na Lei das Sociedades por Ações sobre assembleia geral de acionistas.

**8.3.** A Assembleia Geral de Debenturistas pode ser convocada: (i) pelo Agente Fiduciário; (ii) pela Emissora; (iii) por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em circulação; ou (iv) pela CVM.

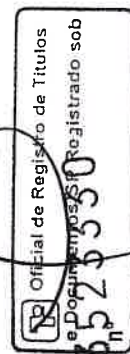
**8.4.** A Assembleia Geral de Debenturistas se instalará, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número de Debenturistas.

**8.5.** Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais dos Debenturistas.

**8.6.** O Agente Fiduciário deverá comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

**8.7.** A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao Debenturista eleito pelos Debenturistas ou àquele que for designado pela CVM.

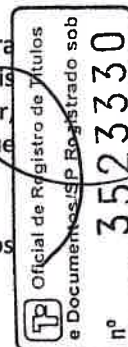
**8.8.** Nas deliberações da Assembleia Geral de Debenturistas, a cada Debênture caberá um voto. As deliberações, inclusive no caso de renúncia ou perdão temporário a um evento de vencimento antecipado, bem como aquelas mencionadas nas alíneas g), h), i), k), l) e o) da cláusula 5.4.1.1, serão





tomadas por 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, exceto (i) quando de outra forma prevista nesta Escritura; (ii) nas hipóteses previstas no Contrato de Alienação Fiduciária, as quais são consideradas como transcritas nesta Escritura; e (iii) nas hipóteses de alteração de prazos, valor forma de remuneração das Debêntures e alteração de evento de vencimento antecipado, que dependerão da aprovação de 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação.

**8.8.1.** A alteração de quorum qualificado previsto na presente Escritura dependerá da aprovação dos Debenturistas com um quorum no mínimo igual ao que está sendo alterado.



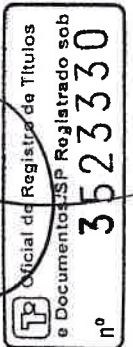
## **9. DECLARAÇÕES DA EMISSORA E/OU DO INTERVENIENTE ANUENTE**

**9.1.** A Emissora e/ou o Interveniante Anuente declaram e garantem que, na data de assinatura desta Escritura:

- (i) são sociedades devidamente constituídas, com existências válidas e em situações regulares segundo as leis do Brasil;
- (ii) estão devidamente autorizadas a celebrar esta Escritura e a cumprir com todas as obrigações previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais, contratuais e estatutários necessários para tanto, não havendo qualquer restrição emanada de agência reguladora ou de qualquer órgão fiscalizador das suas atividades;
- (iii) esta Escritura e as obrigações nela previstas constituem obrigações lícitas, válidas e vinculantes da Emissora, exequíveis de acordo com os seus termos e condições;
- (iv) os representantes legais que assinam esta Escritura e o Contrato de Alienação Fiduciária têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (v) a celebração e os termos e condições da Escritura, do Contrato de Alienação Fiduciária e o cumprimento das obrigações neles previstas (i) não infringem seus estatutos/contratos sociais; (ii) não infringem qualquer disposição legal, regulatória, contrato ou instrumento do qual a Emissora seja parte; (iii) não infringem qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral em face da Emissora; e (iv) não resultarão em (A) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos descritos nos subitem(ii) e (iii) deste item (v); (B) criação de qualquer ônus ou gravame sobre qualquer ativo ou bem da Emissora; ou (C) rescisão de quaisquer dos contratos ou instrumentos descritos no subitem (ii) deste item (v);
- (vi) os bens sobre os quais tenham sido constituídas garantias em favor dos Debenturistas não estão sujeitos a qualquer ônus ou gravame, exceto aqueles decorrentes da alienação fiduciária de Quotas da 1ª emissão de debêntures da Emissora, e não são objeto de ação, penhora, arresto, penhor, sequestro, caução ou qualquer outra espécie de constrição, não sendo do conhecimento da Emissora e/ou do Interveniante Anuente a existência de qualquer fato não mencionado nesta Escritura que impeça ou restrinja a prestação das garantias;

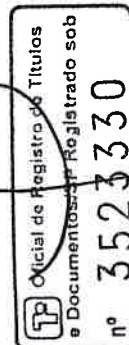


- (vii) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem, ou qualificação perante qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório, é exigido para o cumprimento, pela Emissora e/ou pelo Interveniente Anuente de suas obrigações nos termos desta Escritura e do Contrato de Alienação Fiduciária e das Debêntures, ou para a realização da Emissão, exceto o registro da Escritura no cartório competente, o arquivamento da Escritura, da ata da AGE e das aprovações da Interveniente Anuente, inclusive a alteração de seu contrato social, na JUCESP, o registro das Debêntures na CETIP e o registro do Contrato de Alienação Fiduciária, no competente cartório, nos termos das Cláusulas 2.1.1, 2.1.2, 2.1.4 e 2.1.6.1 acima;
- (viii) as situações econômica, financeira e patrimonial da Emissora, na data em que esta declaração é feita, não sofreram qualquer alteração significativa que possa afetar de maneira adversa sua solvência ou cumprimento de suas obrigações aqui previstas;
- (ix) as demonstrações financeiras da Emissora representam corretamente a posição patrimonial e financeira da Emissora e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade do Brasil e refletem corretamente os ativos, passivos e contingências da Emissora;
- (x) cumprirão com todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura e do Contrato de Alienação Fiduciária;
- (xi) têm plena ciência de que, nos termos do artigo 9º da Instrução CVM 476, a Emissora não poderá realizar outra oferta pública de debêntures dentro do prazo de 04 (quatro) meses contados da data do encerramento da Oferta Restrita, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM;
- (xii) com exceção do processo trabalhista nº 0001107-40.2014.5.02.0024, em trâmite perante a 24ª Vara do Trabalho de São Paulo/SP, e os procedimentos administrativos correlatos, não há qualquer outra ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação que seja do conhecimento da Emissora e da Interveniente Anuente e que possa vir a causar impacto adverso relevante na Emissora ou em suas coligadas, em suas condições financeiras ou em suas atividades, ou que possam afetar a capacidade da Emissora de cumprir com suas obrigações previstas nesta Escritura;
- (xiii) não há fatos relativos à Emissora, ou às Debêntures, que, até a Data de Emissão, não foram divulgados ao Agente Fiduciário, cuja omissão, no contexto da Emissão, faça com que alguma declaração relevante desta Escritura seja enganosa, incorreta ou inverídica.
- (xiv) estão adimplentes com o cumprimento das obrigações constantes desta Escritura e do Contrato de Alienação Fiduciária, e não têm conhecimento sobre a ocorrência e existência, na presente data, de qualquer Evento de Inadimplemento;
- (xv) as informações e declarações contidas nesta Escritura e no Contrato de Alienação Fiduciária em relação à Emissora e à Oferta Restrita, conforme o caso, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes;



JUL 2014

- (xvi) os documentos e informações fornecidos ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas são verdadeiros, consistentes, precisos, completos, corretos e suficientes, estão atualizados até a data em que foram fornecidos e incluem os documentos e informações relevantes para a tomada de decisão de investimento sobre as Debêntures;
- (xvii) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo da remuneração das Debêntures foi acordada por livre vontade entre a Emissora e os Coordenadores, em observância ao princípio da boa-fé; e
- (xviii) estão, assim como suas controladas, em dia com o pagamento de todas as obrigações de natureza tributária (municipal, estadual e federal), trabalhista, previdenciária, ambiental e de quaisquer outras obrigações impostas por lei, exceto por aquelas questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e judicial.



**9.2.** A Emissora se compromete a notificar em até 2 (dois) dias úteis os Debenturistas e o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações aqui prestadas tornem-se total ou parcialmente inverídicas, incompletas ou incorretas.

**9.3.** A Emissora, de forma irrevogável e irretroatável, obriga-se a indenizar os titulares das Debêntures por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e/ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios) diretamente incorridos e comprovados pelos titulares de Debêntures em razão da falsidade e/ou incorreção de qualquer das declarações prestadas nos termos do item 9.1 acima.

## **10. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**10.1.** As comunicações a serem enviadas por qualquer das Partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

- (i) Para a Emissora e a Fiadora e Interveniente Anuente:

**BLUE BIRD PARTICIPAÇÕES S.A.**

Rua Raul Saddi, nº 88, sala 12, Butantã

CEP 05.503-010, São Paulo, SP

At.: Sr. Nelson Volpato

Tel.: (11) 3038-0204

Fax: (11) 3038-0366

e-mail: nvolpato@gep.com.br

**GEP INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.**

Rua Raul Saddi, nº 88, Butantã

CEP 05.503-010, São Paulo, SP

At.: Sr. Nelson Volpato

Tel.: (11) 3038-0204

Fax: (11) 3038-0366

e-mail: nvolpato@gep.com.br

(ii) Para o Agente Fiduciário:

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**

Avenida das Américas, n.º 4200, bloco 08, ala B, salas 303 e 304, Barra da Tijuca

Cidade do Rio de Janeiro

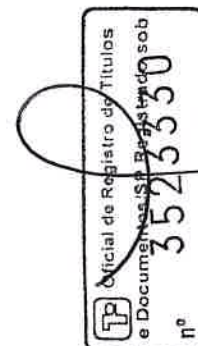
CEP: 22640-102

At.: Sras. Nathalia Machado Loureiro, Marcelle Motta Santoro e Sr. Marco Aurélio Ferreira

Tel: (21) 3385-4565

Fax: (21) 3385-4046

E-mail: [backoffice@pentagonotruster.com.br](mailto:backoffice@pentagonotruster.com.br)



(iii) Para o Banco Mandatário:

**ITAÚ UNIBANCO S.A.**

Rua Ururai, nº 111 – Bloco B – Térreo

Tatuapé, CEP 03084-010 – São Paulo, SP

At.: Sr. Luiz Petito

Telefone: (11) 2797-4441

Fax: (11) 2797-3140

e-mail: [luiz.petito@itau-unibanco.com.br](mailto:luiz.petito@itau-unibanco.com.br)

(iv) Para o Escriturador:

**ITAÚ CORRETORA DE VALORES S.A.**

Rua Ururai, nº 111 – Bloco B – Térreo

Tatuapé, CEP 03084-010 – São Paulo, SP

At.: Sr. Luiz Petito

Telefone: (11) 2797-4441

Fax: (11) 2797-3140

e-mail: [luiz.petito@itau-unibanco.com.br](mailto:luiz.petito@itau-unibanco.com.br)

(v) Para a CETIP:

**CETIP S.A. – MERCADOS ORGANIZADOS**

Avenida República do Chile, 230, 11º andar

CEP 20031-170 - Rio de Janeiro, RJ

Telefone: (21) 2276-7474

Fax: (21) 2252-4308/2262-5481

Ou

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.663, 4º andar

São Paulo, SP

CEP 01452-001

At.: Gerência de Valores Mobiliários

Telefone: (11) 3111-1596

Fax: (11) 3115-1564

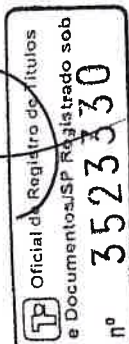
**10.1.1.** As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com aviso de

JUL 2014

recebimento expedido pelo correio ou ainda por telegrama enviado aos endereços acima.

**10.1.2.** A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada às demais Partes por aquela parte que tiver seus dados alterados.

**10.2.** Exceto quando previsto expressamente de modo diverso na presente Escritura, entende-se por "dia útil" qualquer dia da semana, exceto sábado, domingos e feriados nacionais ou ainda, quando não houver expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, ressalvados os casos de pagamentos que devam ser realizados através da CETIP, hipótese em que "dia útil" será qualquer dia da semana, exceto sábado, domingo ou feriado nacional. Quando a indicação de prazo contado por dia na presente Escritura não vier acompanhada da indicação de "dia útil", entende-se que o prazo é contado em dias corridos.



**10.3.** Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como renúncia ao mesmo, nem constituirá novação ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

**10.4.** Caso qualquer das disposições ora aprovadas venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa-fé, a substituírem as disposições afetadas por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

**10.5.** Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

**10.6.** Esta Escritura e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos dos incisos I e II do artigo 585 do Código de Processo Civil, reconhecendo as Partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura comportam execução específica e se submetem às disposições dos artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures, nos termos desta Escritura.

**10.7.** Esta Escritura é firmada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes por si e seus sucessores.

## **11. DO FORO**

**11.1.** Fica eleito o foro de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura oriundas desta Escritura de Emissão.

E por estarem assim justas e contratadas, firmam a presente Escritura de Emissão a Emissora e o Agente Fiduciário, na qualidade de interveniente anuente, em 3 (três) vias de igual forma e teor e para o mesmo fim, em conjunto com as 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

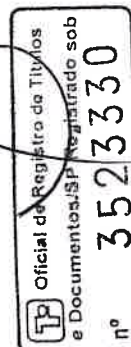
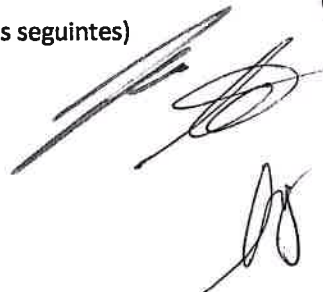
Three handwritten signatures in black ink, likely representing the Emissora, the Agente Fiduciário, and the two witnesses.

A small handwritten mark or signature at the bottom right of the page.

\*\*\*\*

São Paulo, 18 de setembro de 2014


(As assinaturas seguem nas 3 (três) páginas seguintes)




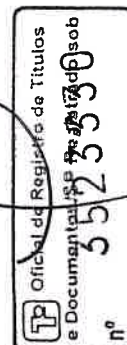


(Página de assinaturas 1/3 do Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória Adicional, a Ser Convolada Para Espécie Quirografária, Com Garantia Real e Fidejussória Adicionais, em Série Única em Regime de Garantia Firme de Colocação, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Blue Bird Participações S.A.)

**BLUE BIRD PARTICIPAÇÕES S.A.**

  
Nome: NELSON VOLPATO  
Cargo: DIRETOR

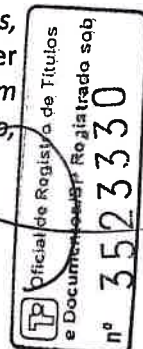
  
Nome: NELSON VOLPATO  
Cargo: DIRETOR





DUCESP  
03 10 14

(Página de assinaturas 2/3 do Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória Adicional, a Ser Convolada Para Espécie Quirografária, Com Garantia Real e Fidejussória Adicionais, em Série Única em Regime de Garantia Firme de Colocação, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Blue Bird Participações S.A.)



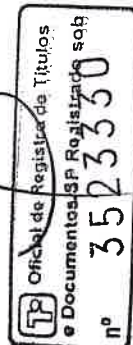
**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**

*Rosane Basilio*

Nome: Rosane da Silva Basilio  
Cargo: Procuradora  
RG: 41.295.392-4  
CPF: 421.493.088-60

*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten initials]*

(Página de assinaturas 3/3 do Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória Adicional, a Ser Convolada Para Espécie Quirografária, Com Garantia Real e Fidejussória Adicionais, em Série Única, em Regime de Garantia Firme de Colocação, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Blue Bird Participações S.A.)



# GEP INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.

Nome: NELSON VOLPATO  
Cargo: DIRETOR

Nome: NELSON VOLPATO  
Cargo: DIRETOR

## Testemunhas:

Nome: RICARDO KOCHEN  
CPF: 091201358-31  
RG: 42.596.878-6 SSP/SP

Nome: DERE FAVA  
CPF: 865.590 938-87  
RG: 19.791.243-5 SSP/SP



Emol. R\$ 8.140,24  
Estado R\$ 2.313,55  
Ipesp R\$ 1.713,73  
R. Civil R\$ 428,44  
T. Justiça R\$ 428,44  
Total R\$ 13.024,40

Selos e taxas  
Recolhidos  
p/verba

1º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e  
Civil de Pessoa Jurídica da Capital - CNPJ: 45.564.895/0001-25  
Paulo Roberto de Carvalho Rêgo - Oficial  
Protocolado e prenotado sob o n. 3.531.677 em  
06/10/2014 e registrado, hoje, em microfilme  
sob o n. 3.523.330, em títulos e documentos.  
São Paulo, 06 de outubro de 2014

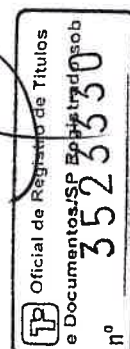
Paulo Roberto de Carvalho Rêgo - Oficial  
Danilo de Moraes Oliveira - Oficial Substituto

DANILO DE MORAES OLIVEIRA  
Escritor: Substituto

Registro de Títulos e Documentos  
Charles da Silva Pedro  
Escritor

**ANEXO I**  
**ÍNDICES FINANCEIROS**

1. Os seguintes Índices Financeiros deverão ser calculados pela Emissora, validados pelos auditores independentes contratados pela Emissora e acompanhados pelo Agente Fiduciário anualmente, ao final de cada exercício social, incluindo em seu parecer relatório quanto ao cumprimento, tendo por base as demonstrações financeiras consolidadas auditadas da Emissora, até a Data de Vencimento, sendo que a primeira verificação se dará com base no balanço de 31 de dezembro de 2014:



	2014	2015	2016	2017	2018
<b>Dívida Financeira Líquida / EBITDA menor ou igual a:</b>	3,80	3,50	3,00	2,80	2,50

1.1 Relação Ativo Circulante / Passivo Circulante maior ou igual a:

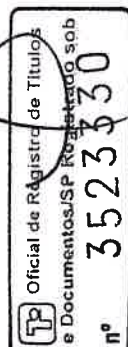
Em 2014	1,0
Em 2015	1,0
Em 2016	1,0
Em 2017	1,0
Em 2018	1,0

2. Define-se:

Ativo Circulante	Significa o item no balanço patrimonial que equivale à soma de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, estoque, títulos e valores mobiliários e outros ativos que podem ser convertidos em dinheiro em um período inferior a um ano.
Dívida Financeira Líquida	É a soma dos saldos dos empréstimos, financiamentos e outras dívidas financeiras onerosas, incluindo, sem limitação, as debêntures, o saldo líquido das operações ativas e passivas com derivativos em que a Emissora seja parte, classificadas no passivo

SUCESPA  
03 10 14

	circulante e exigível de longo prazo da Emissora, bem como avais, fianças e demais garantias prestadas em benefício de empresas não consolidadas nas demonstrações financeiras auditadas da Emissora, menos as disponibilidades.
EBITDA	Significa o lucro ou prejuízo líquido antes do imposto de renda e da contribuição social, adicionando-se (i) despesas não operacionais; (ii) despesas financeiras; e (iii) despesas com amortizações e depreciações (apresentadas no fluxo de caixa método indireto); e excluindo-se (i) receitas não operacionais; e (ii) receitas financeiras; apurado com base nos últimos 12 (doze) meses contados da data-base de cálculo do índice.
Passivo Circulante	Significa o item no balanço patrimonial que inclui as dívidas de curto prazo, contas a pagar e outras obrigações que vencem no período de até um ano.



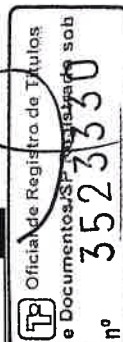
*[Handwritten signatures]*

*[Handwritten mark]*



**ANEXO II**  
**LISTA DE EMPRÉSTIMOS A SEREM LIQUIDADOS**

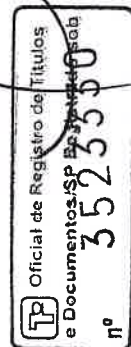
Contrato	Nome Cliente	Abertura	Vencimento	Valor atualizado até 10/09/14
100113110007500	GEP INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	12/11/2013	06/01/2016	R\$ 3.133.015,00
100113050002200	GEP INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	06/05/2013	06/01/2016	R\$ 11.250.207,00
100113050002300	GEP INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	06/05/2013	06/01/2016	R\$ 3.241.754,00
100112010008000	GEP INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	13/01/2012	29/12/2014	R\$ 1.672.661,00
100112020003700	GEP INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	06/02/2012	21/01/2015	R\$ 1.049.349,00
100112020017300	GEP INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	27/02/2012	11/02/2015	R\$ 1.264.369,00
101114080009000	GEP INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	29/08/2014	28/10/2014	R\$ 1.529.740,00
101114040009400	GEP INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	28/07/2014	27/10/2014	R\$ 6.105.072,00
101114070007200	GEP INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	30/07/2014	28/10/2014	R\$ 1.550.059,00



ANEXO III

MODELO DE ADITAMENTO À ESCRITURA

**“PRIMEIRO ADITAMENTO À ESCRITURA DA 2ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA ADICIONAL, A SER CONVOLADA PARA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA REAL E FIDEJUSSÓRIA ADICIONAIS, EM SÉRIE ÚNICA PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO, DA BLUE BIRD PARTICIPAÇÕES S.A.”**



Pelo presente instrumento particular, as partes abaixo qualificadas ("Partes"):

**BLUE BIRD PARTICIPAÇÕES S.A.**, sociedade anônima sem registro de companhia aberta perante a CVM, com sede na Cidade e Estado de São Paulo, na Rua Raul Saddi, nº 88, sala 12, no bairro Butantã, CEP 05.503-010, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.959.458/0001-72, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Emissora" ou "Companhia"); e

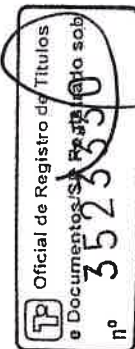
**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, instituição financeira, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, n.º 4200, bloco 08, ala B, salas 303 e 304, Barra da Tijuca, CEP 22640-102, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social, representando a comunhão dos debenturistas da presente emissão, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") ("Agente Fiduciário", e em conjunto com a Emissora, "Partes");

**CONSIDERANDO QUE:**

- (i) as Partes celebraram, em 18 de setembro de 2014, a "Escritura da 2ª Emissão De Debêntures Simples, Não Conversíveis Em Ações, Da Espécie Quirografária, Com Garantia Fidejussória Adicional, A Ser Convolada Para Espécie Quirografária, Com Garantia Real E Fidejussória Adicionais, Em Série Única Para Distribuição Pública Com Esforços Restritos De Distribuição, Da Blue Bird Participações S.A." ("Escritura");
- (ii) a Emissão foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 18 de setembro de 2014, cuja ata foi devidamente arquivada na JUCESP em [●] de

[●] de 2014, sob o nº [●], e publicada, em [●] de [●] de 2014, no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal "O Dia"; e

- (iii) a Alienação Fiduciária mencionada na Cláusula 4.1.10 da Escritura foi implementada de acordo com o Contrato de Alienação Fiduciária e, considerando a disposição da Cláusula 4.1.9.2 da Escritura, as Partes decidiram celebrar o presente aditamento para alterar determinados termos e condições da Escritura, nos termos aqui dispostos.



**RESOLVEM** as Partes aditar a Escritura, por meio do presente "Primeiro Aditamento à Escritura da 2ª Emissão De Debêntures Simples, Não Conversíveis Em Ações, Da Espécie Quirografária, Com Garantia Fidejussória Adicional, A Ser Convolada Para Espécie Quirografária, Com Garantia Real E Fidejussória Adicionais, Em Série Única Para Distribuição Pública Com Esforços Restritos De Distribuição, Da Blue Bird Participações S.A. ("Primeiro Aditamento")", nos termos e condições abaixo.

Os termos aqui iniciados em letra maiúscula, estejam no singular ou no plural, terão o significado a eles atribuído na Escritura, ainda que posteriormente ao seu uso.

## **1. AUTORIZAÇÃO**

- 1.1. O presente Primeiro Aditamento é celebrado com base nas Cláusulas 4.1.9.1 e 4.1.9.2 da Escritura, não sendo necessária a realização de assembleia geral de debenturistas e/ou de assembleia geral extraordinária da Emissora para sua realização.

## **2. ARQUIVAMENTO DO ADITAMENTO**

- 2.1. Este Aditamento será arquivado na JUCESP, nos termos do artigo 62, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações.

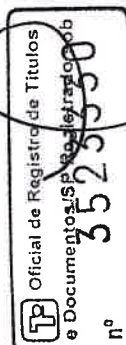
## **3. ALTERAÇÕES**

- 3.1 As Partes resolvem alterar a Cláusula 4.1.9.1 da Escritura, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"4.1.9.1 As Debêntures são da espécie quirografária, com garantia real e fidejussória adicionais, conforme o Contrato de Alienação Fiduciária e esta Escritura, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações.

3.2. *As Partes resolvem alterar a Cláusula 4.1.10.1 da Escritura, que passa a vigorar com a seguinte redação:*

*"4.1.10.1. As Debêntures contam com a garantia real de alienação fiduciária de 100% (cem por cento) das quotas de emissão da GEP ("Quotas"), de titularidade da Emissora e de Nelson Volpato, nos termos do "Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Quotas de Sociedade Empresária Limitada em Garantia e Outras Avenças" celebrado entre a Emissora, Nelson Volpato, o Agente Fiduciário e o Interviente Anuente ("Contrato de Alienação Fiduciária")".*



3.3. *Ainda, por meio deste Aditamento, as Partes resolvem excluir as Cláusulas 4.1.9.2 e 4.1.9.3 da Escritura.*

3.4. *As Partes resolver alterar o item t) da Cláusula 5.4.1.1 da Escritura, que passa a vigorar com a seguinte redação:*

*"t) declaração de nulidade ou ineficácia da alienação fiduciária de Quotas, sem que haja substituição da garantia, em montante igual ao originalmente estabelecido, no prazo de 20 (vinte) dias contados da ciência da Emissora da declaração de nulidade ou ineficácia;"*

3.5. *As Partes resolver alterar o item x) da Cláusula 7.1.1 da Escritura, que passa a vigorar com a seguinte redação:*

*"(x) que, conforme descrito no item 4.1.10, o Contrato de Alienação Fiduciária já se encontra devidamente celebrado e eficaz, e que verificou, nos termos do inciso IX do artigo 12 da Instrução CVM 28, o valor da Garantia Fidejussória, com base nos balanços patrimoniais da Fiadora relativas ao exercício de 2013, findo em 31 de dezembro de 2013, e ao primeiro trimestre de 2014, findo em 31 de março de 2014; e"*

3.6 *Por fim, as Partes concordam com a substituição da nomenclatura "da espécie quirografária com garantia fidejussória adicional, a ser convolada para espécie quirografária, com garantia real e fidejussória adicionais" por "da espécie quirografária, com garantia real e fidejussória adicionais" no corpo da Escritura, conforme aplicável.*

#### 4. **DISPOSIÇÕES GERAIS**

Three handwritten signatures in black ink, appearing to be of different individuals, located below the "DISPOSIÇÕES GERAIS" heading.

A small, stylized handwritten mark or signature in the bottom right corner of the page.

4.1. *Todos os termos e condições da Escritura que não tenham sido expressamente alterados pelo presente Primeiro Aditamento são neste ato ratificados e permanecem em pleno vigor e efeito.*

4.2. *Fica eleito o Foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas deste Primeiro Aditamento, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.*

*E por estarem assim justas e contratadas, as Partes firmam o presente Primeiro Aditamento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas.*

*Rio de Janeiro, [DATA]"*

